



Mercado reduz previsão para expansão da economia em 2025

Número de hospitais públicos com UTIs de excelência cresce 45%

Página 20

SP registra o menor número de latrocínios da história em fevereiro

Página 2

Receita do turismo internacional tem crescimento recorde em fevereiro

Fevereiro de 2025 registrou mais um recorde para o turismo no país, com a injeção de US\$ 823 milhões trazidos por viajantes internacionais para a economia brasileira. O aumento foi de 22,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Em fevereiro desembarcaram nos destinos nacionais mais de 1,3 milhão de estrangeiros.

Os dados foram reunidos pelo Ministério do Turismo, com a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e a Polícia Federal, a partir das Estatísticas do Setor Externo, divulgadas pelo Banco Central na última semana.

“O turismo internacional tornou-se um grande motor da economia do Brasil. É o setor que mais cresce e gera muitos empregos. Afinal é onde 95% dos negócios são em micro, pequenas e médias empresas”, afirmou o presidente da Embratur, Marcelo Freixo.

No acumulado do bimestre, o turismo estrangeiro injetou mais de US\$ 1,6 bilhão, correspondendo a um crescimento de 10,4% na comparação com os dois primeiros meses de 2024. No período a entrada de viajantes de outros países cresceu 57%, na comparação com o primeiro bimestre do ano anterior, somando 2,8 milhões de desembarques.

De acordo com nota divulgada pela Embratur, o setor foi impulsionado por um calendário de eventos internacionais, que deverá se manter em alta ao longo do ano com a realização da Cúpula do Brics, em julho, no Rio de Janeiro. O Brics é formado por África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Indonésia, Índia, Irã e Rússia. Outros nove países são parceiros do bloco.

E, em novembro deste ano, Belém será sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30).

Para o presidente da Embratur, os sucessivos recortes ocorridos no setor refletem também um trabalho de promoção internacional, associado ao aumento da conectividade aérea entre os destinos.

“O Brasil tá na moda, mas é graças ao trabalho conjunto do poder público e privado”, ressaltou Freixo. (Agência Brasil)

Petrobras comprará R\$ 450 milhões em créditos de carbono na Amazônia



Foto: Agência Brasil

Alíquota do ICMS sobre compras internacionais sobe de 17% para 20%

Página 7

Petrobras reduz preço do diesel em R\$ 0,17 a partir desta terça-feira

A Petrobras anunciou na segunda-feira (31) a redução de R\$ 0,17 por litro no preço do óleo diesel A (utilizado na produção do óleo que chega aos consumidores). A diminuição de 4,6% passa a valer a partir de terça-feira (1º).

O anúncio foi feito pela pre-

estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,92 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – para 2025 foi mantida em 5,65% nesta edição do Boletim Focus. Página 3

sidente da estatal, Magda Chambriard, durante lançamento de um programa para aquisição de crédito de carbono, na sede da companhia, no Rio de Janeiro.

O novo valor do combustível vendido às refinarias será, em média, de R\$ 3,55 por litro. Página 3

Esporte

Marc Marquez cai e abre caminho para vitória de Bagnaia

Por Jácio Baldi

O Grande Prêmio dos EUA, foi marcado por um caos, momentos antes da largada, provocado por Marc Marquez e que teve seu início retardado em vários minutos. O piloto, assim como a maioria, havia feito opção por pneus de chuva. Marquez, percebendo o erro, pois a pista secava e não havia tempo para troca de moto, usou uma regra da MotoGP para não ser punido. Faltando menos de três minutos para a largada, o piloto, que já estava fora da moto, saiu correndo aos boxes para trocar de moto para pneus lisos. A regra diz que, por motivos de segurança, se mais de 10 pilotos forem largar do “pit lane”, a largada será adiada e um novo procedimento de largada será realizado, sem que haja punição a qualquer um deles. Apenas Brad Binder, Enea Bastianini e Ai Ogura estavam com pneus para pista seca, os demais saíram correndo em direção aos boxes, seguindo Marquez, o que obrigou a ban-

deira vermelha antes da largada. Bagnaia disse que assim que correu para os boxes esperava que os demais também o fizessem: “Pensei, a direção não terá tempo suficiente para remover as motos do grid, então não haverá nenhuma penalidade” afirmou o vencedor do GP.

Alex Marquez, disse que, apesar de ter sido beneficiado, a regra não é bem clara. “Sinceramente eu nem sabia que isso era possível, eu apenas segui os outros rapazes” disse o irmão de Marc que agora lidera o mundial com um ponto de vantagem. Alex ganhou o apelido de “Sr. P2” por haver terminado todas as provas até agora em segundo lugar. “Estou muito feliz com a forma que estamos administrando tudo, como estamos consistentes entre os três primeiros” “É exatamente isso que precisamos continuar fazendo”. “Precisamos aproveitar este momento porque, para uma equipe satélite, correr com a moto do ano passado e liderar o campeonato é algo realmente incrível” afirmou o espanhol.

David Brivio, chefe da equipe



Foto: MotoGP

Largada do GP Austin Trackhouse, ficou bastante irritado com o adiamento da largada pois, a equipe havia apostado na opção para pista seca, mas essa vantagem foi tirada do piloto japonês Ai Ogura. “É claro que não estamos contentes com a forma de como a largada foi administrada, porque arriscamos e tomamos a decisão certa com Ogura”. “Assumimos o risco, fizemos tudo certo, mas não conseguimos tirar proveito disso”, acrescentou Brivio. Apesar de perder a oportunidade da aposta, Ai Ogura ainda

saiu da 18ª posição no grid para terminar em nono.

Mike Webb, diretor da prova disse que após o GP da Argentina em 2018, onde ocorreu situação semelhante as regras foram reescritas visando a segurança dos pilotos e punição a quem trocasse de pneus nessas condições, mas pelo visto Marc prevaleceu-se de uma brecha na regra, não sendo penalizado. “Tiveram muita sorte em não ser penalizados” finalizou Webb. Pelo visto reescreverão essa regra novamente.

Após toda a confusão Marc liderava a prova com segurança, mas avançou demais sobre a “zebra” na curva 6 e caiu, dando a vitória para Pecco Bagnaia. Pecco se dizia muito feliz, porque Austin não é um de seus circuitos favoritos e o piloto nunca havia vencido ali. “Eu estava feliz pilotando, é verdade que Marc estava mais rápido, mas eu era o segundo mais rápido hoje e assim que o vi caindo eu disse a mim mesmo ‘ok, tenho que forçar o ritmo, quero abrir vantagem para o Alex’ e a estratégia estava bem clara” finalizou o italiano que tirou um enorme peso com essa vitória.

Na Moto2, o brasileiro largou na 21ª posição, chegando nessa mesma posição. O piloto apostou nos pneus para pista seca mas não obteve sucesso, fazendo a segunda melhor volta da prova apenas na 15ª volta. Diogo não terminou a prova na mesma volta do vencedor, o britânico Dixon.

Proxima prova no Catar em duas semanas, talvez, Jorge Martin volte nessa prova.

Miguel Silva vence pela primeira vez na Rotax Junior Max e no KGV

Com uma performance beirando a perfeição, o piloto paulista Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) conquistou no último sábado (29) a sua primeira vitória no Kartódromo Granja Viana (Cotia/SP), e na categoria Rotax Junior Max, depois de largar da pole position e vencer as três baterias que compuseram a 2ª etapa da Copa São Paulo Bradesco de Kart. De quebra, ele assumiu a liderança

do certame que dará como prêmio ao seu campeão a participação gratuita no Campeonato Mundial de Rotax, no Bahrein.

Na tomada de tempos ‘Miguelito’ já demonstrou que ia ser protagonista da etapa, ao estabelecer as duas voltas mais rápidas e garantir a pole position com mais de 2 décimos de segundo (0s232) de vantagem sobre Dudu Salamonte, o campeão da temporada passada, com quem dividiu a primeira fila para a

largada. A seguir foram três baterias, em que Miguel Silva foi constantemente um dos três mais rápidos e venceu os três combates.

Na primeira bateria ele chegou a cair para terceiro na 1ª volta, mas no fim da passagem seguinte retomou a liderança para receber a bandeirada no primeiro posto, com 0s517 de vantagem. Na segunda corrida ele novamente perdeu a liderança, mas depois de algumas curvas voltou para a ponta pra seguir

para a segunda vitória, com direito a volta mais rápida e diferença de 0s698 na frente No terceiro e último confronto as disputas foram ainda mais duras, mas veio o terceiro triunfo consecutivo, com meros 0s308 de dianteira, fechando um grande dia.

O objetivo de Miguel Silva é representar o Brasil no Campeonato Mundial de Rotax deste ano. Para isto, ele terá que acumular o máximo de pontos nas oito etapas da Copa São Paulo Bradesco de Kart, para

ser contemplado com inscrição, chassi, pneus, motor, combustível, macacão e caixa de ferramentas cedidas gratuitamente em Sakhr, no Bahrein, quando será disputado o Rotax Max Challenge Grand Finals 2025, entre 29/11 e 6/12.

A terceira etapa da Rotax Junior Max será no dia 26 de abril, novamente no Kartódromo Granja Viana. Miguel Silva tem o apoio de RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel.

DÓLAR
Comercial
Compra: 5,71
Venda: 5,71
Turismo
Compra: 5,76
Venda: 5,94
EURO
Compra: 6,17
Venda: 6,17

Governo instala Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento

O Governo de SP instalou o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp). Durante o evento realizado na última quinta-feira (27), os conselheiros tomaram posse. O colegiado, formado por seis membros, terá caráter deliberativo e será responsável por deliberar sobre a aplicação dos recursos, fiscalizar a execução orçamentária e financeira do Fundo, entre outras atribuições.

O conselho será composto pela secretária estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, Natália Resende, que também presidirá o Fausp pelo secretário de Parcerias e Investimentos, Rafael Benini; pelo

secretário da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita; e por dois membros indicados pelo Governador: Flávia Della Collete Depine e Marisete Fátima Dadald Pereira.

O Fausp foi criado a partir da privatização da Sabesp, ocorrida em 2024. O fundo é financiado com 30% do valor obtido na desestatização, além dos dividendos pagos pela empresa ao Governo do Estado após a privatização. “Estamos criando uma iniciativa inovadora no setor de saneamento, que se tornará uma referência para a infraestrutura. Este fundo utiliza recursos próprios do Estado, seja por meio da venda de ações da Sabesp, seja pelos lucros gerados pela empre-

sa, com o objetivo de reduzir a tarifa, especialmente para as famílias mais vulneráveis. O foco é investir nas pessoas, alcançando a população além daquelas atendidas diretamente pela Sabesp”, destacou a secretária Natália Resende.

O grupo se reunirá a cada três meses e poderá convocar reuniões extraordinárias sempre que solicitado pela presidente ou por pelo menos dois de seus membros.

Modicidade tarifária

Um dos principais objetivos é a redução das tarifas de água e esgoto para os municípios atendidos pela Sabesp. Essa medida está prevista no contrato de privatização da empresa.

Com o novo modelo regulatório, a tarifa calculada pela Agên-



Foto: Divulgação Governo de SP

cia Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo (Arseps) ficará sempre abaixo do valor que seria praticado pela Sabesp, quando sob controle estatal, com o uso dos recur-

sos do Fausp para viabilizar essa redução.

Programa Pró-Conexão

Uma das primeiras iniciativas do Fausp será o financiamento do programa Pró-Conexão, uma

demanda dos municípios paulistas. A ação visa o financiamento de obras para conectar os ramais intradomiciliares de esgoto à rede pública coletora. Famílias de baixa renda que residem em áreas contempladas serão beneficiadas.

O Fausp custeará as obras internas nos imóveis (ramais tipos I e II), enquanto a Sabesp ficará encarregada da execução dos ramais intradomiciliares e prediais de esgoto externo ao imóvel. A Arseps será responsável pela fiscalização e pela prestação de contas das obras, além de informar ao Conselho o montante a ser repassado à Sabesp para a execução do programa.

Entre as metas estipuladas para 2025, está a realização, no mínimo, de 12 mil ligações de ramais intradomiciliares no estado.

SP registra o menor número de latrocínios da história em fevereiro

A quantidade de latrocínios apresentou uma queda histórica em fevereiro no estado de São Paulo. Foram dez casos no mês, seis a menos em relação ao mesmo período do ano passado. Foi a primeira vez em 25 anos que o crime teve um índice menor ou igual a dez ocorrências no segundo mês do ano, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP).

A maior queda foi registrada no interior, com três roubos seguidos de morte em fevereiro. No mesmo período do ano passado,

foram sete casos. Na Grande São Paulo, o índice passou de quatro para dois latrocínios, enquanto na capital paulista o número se manteve estável, com 5 registros no comparativo anual.

A SSP segue intensificando as ações de combate aos roubos cometidos com uso de violência que podem evoluir para latrocínio. Todas as ocorrências de roubos seguidos de morte são analisadas pelo programa SP Vida para a elaboração de ações específicas de atuação.

A dinâmica criminal exige

adaptações constantes, e, por isso, as polícias Civil e Militar seguem ajustando suas estratégias. Desse modo, o policiamento ostensivo é constantemente reorientado e reforçado nas áreas de maior incidência criminal para prevenir novos casos, além do combate a receptadores por meio de investigações policiais.

Além dos latrocínios, SP registra menor patamar de homicídios em 25 anos.

Em todo o estado de São Paulo houve 202 homicídios do-

los em fevereiro — uma queda de 6,4% em relação aos 216 crimes registrados no mesmo mês de 2024. O índice foi o menor para o período desde 2001.

As Delegacias de Defesa da Mulher registraram em fevereiro uma redução nos casos de feminicídios. Conforme os registros, houve 20 crimes em todo o estado — sete mortes a menos que no mesmo período de 2024. As DDMS receberam 1.201 denúncias de estupros, que estão sob investigação. (Governo de SP)

Professores do Sesi-SP iniciam greve por aumento e ganho em benefícios

Professores do Serviço Social da Indústria (Sesi) no estado de São Paulo iniciaram, na segunda-feira (31), uma paralisação reivindicando reajuste salarial com reposição da inflação mais 2,5% de aumento real. Além disso, eles pleiteiam abono salarial de 18% e melhorias nos benefícios, como vale-alimentação e vale-refeição.

Segundo Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp), a greve vem depois de uma rodada de negociações que se estende desde dezembro, com a realização de dez reuniões, das quais saíram uma proposta de

reajuste de 0,33% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e nenhum avanço nos outros itens reivindicados.

De acordo com informações da Fepesp, a mobilização foi decidida em assembleia no dia 22 de março e há locais onde 100% dos docentes cruzaram os braços.

“Esta é a primeira greve de caráter estadual que acontece no Sesi. Na tarde desta segunda, às 18 horas, Sindicatos e Federação promovem nova assembleia com a categoria, para fazer o balanço do dia e definir os próximos passos do movimen-

to”, disse o presidente da Fepesp, Celso Napolitano.

Sesi

Por meio de nota, o Sesi afirmou que prover educação de qualidade é a missão primordial do Sesi-SP, que respeita, reconhece e valoriza seus professores. “Nos últimos anos, a instituição garantiu uma série de melhorias, econômicas e de condições de trabalho, para os docentes, como implementação do plano de carreira, hora atividade acima da prática do mercado e ampliação do auxílio-creche”.

Segundo a nota, nas negociações deste ano do acordo coletivo de trabalho, a proposta econômica do Sesi-SP para os professores contempla a correção integral dos vencimentos pelo INPC dos últimos doze meses, mais um ganho real de 0,33%, totalizando um aumento de 5,20% sobre os salários. A nota diz ainda que nos demais pontos, o Sesi-SP não só manteve as cláusulas dos acordos anteriores, como ampliou diversos benefícios.

O Sesi informou também que as atividades nas escolas ocorrem normalmente. (Agência Brasil)

Educação de SP climatiza quatro escolas por dia em um mês

O governo do Estado de São Paulo acaba de alcançar 769 escolas climatizadas, 15% do total da rede. Desde 20 de fevereiro, a gestão paulista instalou aparelhos de ar-condicionado em 145 escolas, uma média de quatro por dia. O projeto é parte de um esforço inédito para melhorar as condições de aprendizado a partir do conforto térmico a alunos e professores. A meta para o ano letivo de 2025 é atingir 1.000 unidades climatizadas, o que representa aproximadamente 20% de toda a rede estadual de ensino.

A climatização das escolas tem se concentrado principalmente nas regiões mais quentes do estado, visando beneficiar as unidades escolares localizadas em áreas com maior demanda de refrigeração.

A execução do projeto se dá em três etapas: a adaptação da infraestrutura elétrica das escolas, a instalação dos aparelhos de climatização e a ligação da energia por parte das concessionárias de energia elétrica. Atualmente, 231 escolas aguardam a finalização da ligação da energia por parte das empresas concessionárias.

Até o momento, o investimento total no projeto de climatização das escolas chega a aproximadamente R\$ 350 milhões. De acordo com as metas estabelecidas, o governo paulista prevê que, até o início do ano letivo de 2026, mais 1.000 escolas estarão climatizadas. E para o ano letivo de 2027, outras 1.000 unidades também deverão ser contempladas,

alcançando um total de 3.000 escolas climatizadas, 60% da rede estadual de ensino.

O projeto integra uma estratégia do governo paulista para melhorar a infraestrutura a fim de proporcionar condições de ensino mais adequadas, além de melhorar o bem-estar dos alunos e professores.

O Governo de São Paulo entregou 3.965 obras em escolas e creches no período entre janeiro de 2023 e fevereiro deste ano. O número é 121% maior do que foi registrado na última gestão completa (2019-2022). Em 26 meses, foram destinados à Secretaria da Educação do Estado São Paulo (Seduc-SP) R\$ 2 bilhões para construções e reparos em prédios escolares via Fundação para

o Desenvolvimento da Educação (FDE) ou por meio de acordos com prefeituras municipais.

Mais de 1,6 milhão de alunos foram beneficiados pelas obras em 2.648 escolas do estado. As intervenções incluem reformas nas quadras esportivas, cozinhas, refeitórios e salas de aulas de unidades que atendem estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Também foram revitalizadas fachadas e telhados, além das adequações de acessibilidade e climatização nas escolas.

Apenas em 2024, o aporte em infraestrutura para revitalizar a rede foi superior a R\$ 1 bilhão e as 2.215 obras entregues no último ano equivalem a mais que o dobro dos resultados obtidos em 2023. (Governo de SP)

Indústria paulista dobra investimentos com destaque para o setor automotivo

Os investimentos na indústria paulista dobraram nos últimos três anos, atingindo R\$ 82,7 bilhões no período de 2022 a 2024, mostra a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (Piesp), da Fundação Seade. O principal responsável por esse crescimento foi o setor automotivo, com investimentos que mais que triplicaram nesse período.

“A indústria automotiva tem investido fortemente na ampliação e modernização de suas fábricas, especialmente para o desenvolvimento de veículos híbridos e elétricos, acompanhando as tendências mundiais de sus-

tentabilidade e inovação”, afirma Margarida Kalemkarian, pesquisadora da Fundação Seade.

Entre os destaques estão as montadoras como Volkswagen, Toyota e Great Wall Motors (GWM), que juntas somam mais de R\$ 34 bilhões em novos aportes. As empresas têm apostado principalmente na modernização de fábricas e no lançamento de veículos mais eficientes e sustentáveis.

Além do setor automotivo, outras áreas da indústria também registraram aportes expressivos. O segmento de celulose e papel recebeu ao todo R\$ 8,3 bilhões, com destaque para a Bracell. Já o

setor de bebidas contou com R\$ 2,5 bilhões, impulsionado em grande parte pela ampliação e modernização das unidades da Heineken em Jacaréi, Araraquara, Itu e Campos de Jordão.

No período analisado, a Região Administrativa de Campinas foi a que mais recebeu investimentos industriais (R\$ 26,7 bilhões), seguida pela RA de Sorocaba (R\$ 14,8 bilhões), RA de Bauru (R\$ 9 bilhões) e Região Metropolitana de São Paulo (R\$ 6,7 bilhões). Já os investimentos inter-regionais (sem especificação de valor para cada região) totalizaram R\$ 21,2 bilhões.

Esses investimentos reforçam a importância do Estado de São Paulo como um dos principais polos industriais do Brasil, promovendo inovação, geração de empregos e fortalecimento econômico.

Mais informações no link: <https://investimentos.seade.gov.br/integra/?analise=automotiva-impulsiona-investimentos-na-industria-paulista>

Há mais de 40 anos, o Sistema Estadual de Análise de Dados é referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas do Estado de São Paulo. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA

Logo após a diplomação (2024), esta coluna de política publicou que alguns vereadores(as) poderiam ser candidatos à Câmara Federal 2026. Nosso 1º citado foi André Santos (Republicanos), depois Adriels Jorge (União); Alessandro Guedes PT), ...

(São Paulo)

... Cris Monteiro (Novo); Danilo 'do Posto Saúde' (Podemos); Janaína Paschoal (PP); Keit Lima (PSOL); o mais votado Lucas Pavanato (PL); Marina Bragante (Rede); pastora Sandra Alves (União); Rubinho Nunes (União) e Sargento Israel Nantes (PP)

PREFEITURA (São Paulo)

Pelo MDB do reeleito prefeito Ricardo Nunes, seu homem de extrema confiança [desde que era chefe de gabinete na Câmara paulistana], Milton Alves poderá ser candidato (MDB) a deputado na ALESP. Atualmente é braço direito do vice Mello (PL)

ASSEMBLEIA (Brasil)

Logo após a diplomação de vereadores e vereadoras na capital (2024), esta coluna de política publicou que a ex-chefe de gabinete do deputado Gil Diniz (PL) e atual vereadora Sonaira Fernandes (PL) poderia ser candidata ao parlamento paulista 2026

CONGRESSO (Brasil)

Ontem foi 31 março 2025. A data [somada com 1º abril], remete à tomada [civil + militar] do Poder no Brasil em 1964. Junto com militares [Forças Armadas], OAB imprensa [donos da maioria dos jornais], classe média e igreja católica apoiaram

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ontem foi 31 março 2025. A data [somada com 1º abril], remete à tomada [civil + militar] do Poder no Brasil em 1964. Até 1985, os presidentes [pelo Exército] foram o marechal Castelo Branco e os generais Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo

PARTIDOS (Brasil)

Ontem foi 31 março 2025. A data [somada com 1º abril], remete à tomada [civil + militar] do Poder no Brasil em 1964. Partidos às direitas viraram Arena e às esquerdas MDB ... Aliança Renovadora Nacional (hoje PP) e Movimento Democrático Brasileiro

JUSTIÇAS (Brasil)

Os presidentes militares nomearam 31 ministros ao Supremo. Dois, nomeados pelo [último] general ... Figueiredo, se destacaram: Neri da Silveira [começou a informatização] e Francisco Rezek [depois juiz no corte internacional Justiça em Haia / Holanda]

ANO 33

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ...

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - “Deixe o ímpio o seu caminho, e o homem maligno, os seus pensamentos e se converta ao Senhor, que se compadecerá dele; torne para o nosso Deus, porque grandioso é em perdoar” Isaías 55:7

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Impressão: Gráfica Pana

Petrobras comprará R\$ 450 mi em créditos de carbono na Amazônia

Uma parceria entre a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pretende criar um mercado de ao menos R\$ 450 milhões em crédito de carbono, com o objetivo específico de restauração florestal na Amazônia.

O protocolo de intenção entre as duas instituições foi assinado na segunda-feira (31) na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, entre os presidentes da companhia, Magda Chambriard, e do BNDES, Aloizio Mercadante. A iniciativa recebeu o nome ProFloresta+.

O valor inicial de R\$ 450 milhões corresponde ao que a Petrobras vai desembolsar comprando os créditos de carbono. O BNDES terá o papel de conceder empréstimos para projetos que se dediquem ao restauro de áreas amazônicas.

O empréstimo é com recursos do Fundo Clima, em que a taxa de juros é de 1% ao ano. Para efeito de comparação, a taxa básica de juros do país, a Selic, que serve de parâmetro para operações de empréstimos, está em 14,25% ao ano.

O BNDES é um banco público ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e atua no fomento de iniciativas de desenvolvimento, muitas vezes financiando projetos com juros mais em conta.

25 milhões de árvores plantadas

Os R\$ 450 milhões iniciais são destinados a projetos de restauração de, no mínimo, 3 mil hectares. A Petrobras busca apoiar cinco projetos, totalizando 15 mil hectares e contratação de 5 milhões de créditos de carbono. Isso representa cerca de 25 milhões de árvores plantadas. Na estimativa da empresa, os projetos representarão a geração de 1,7 mil empregos.

Para a presidente da empresa, o lançamento do programa é “prova viva” da preocupação da Petrobras com o meio ambiente.

“É um compromisso com o povo que acredita que somos capazes de entregar o que eles desejam, que é um mundo mais limpo, mundo mais ameno para nossos filhos e netos”, disse.

Para Magda Chambriard, tra-

ta-se de uma iniciativa de muito audaciosa. “Estamos falando de uma verdadeira revolução verde. Isso é um projeto estruturante em prol do clima”, acrescentou.

Na apresentação do ProFloresta+, a Petrobras estimou que, em 25 anos, o projeto pode chegar a 50 mil hectares (500 km²), área maior que a cidade de Curitiba (435 km²), com investimento de R\$ 1,5 bilhão, capturando cerca de 15 milhões de toneladas de carbono (equivalente ao emitido anualmente por 8,94 milhões de carros movidos a gasolina).

O ProFloresta+ trabalha com prazo de 25 anos. Até 28 de abril, empresas e interessados podem enviar contribuições. O edital de licitação de compra dos créditos de carbono está marcado para julho de 2025.

Agenda ambiental

Aloizio Mercadante citou danos ambientais provocados pelas mudanças climáticas no país e no mundo, como as chuvas no Rio Grande do Sul, há quase um ano, e a maior seca na Região Norte em 121 anos, para pedir protagonismo no Brasil no cenário internacional.

Para o presidente do BNDES, o Brasil tem que “liderar a agenda ambiental” e fazer da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em novembro, em Belém, “um ponto de inflexão, de reflexão e de uma agenda de compromisso mais ambiciosa para enfrentar o aquecimento global e a crise climática”.

“Plantar árvore é uma resposta decisiva para enfrentar a catástrofe climática”, ressaltou.

O BNDES apoia outras iniciativas para manter a floresta em pé, mas o programa lançado na segunda-feira é específico para restauração e aumento da cobertura vegetal nativa.

Revolução verde

Petroléira e banco apontam a iniciativa como uma “revolução” no mercado de carbono, fazendo com que a demanda (interesse de compra) seja indutor do interesse de projetos ambientais, inclusive atuando na formação de preços e criando parâmetros que sejam replica-

dos em outros projetos.

Segundo a diretora socioambiental do BNDES, Tereza Campello, até agora, interessados em fazer restauração de áreas não tinham garantia de financiamento, nem de compradores do crédito de carbono.

“O que nós estamos fazendo hoje é inverter essa discussão, gerando uma demanda firme para o mercado. A ideia é que ter foco na demanda de crédito de carbono e, com isso, criar todo um ambiente que gere confiança e que inicie esse processo”, afirmou Tereza Campello, esclarecendo que os restauradores interessados no programa não estão obrigados a contratar empréstimos com o banco público.

O mercado de carbono

O dióxido de carbono (CO₂), também chamado de gás carbônico, é um dos principais causadores do efeito estufa e contribui para aquecer a temperatura do planeta.

O mercado de carbono consiste na compra e venda de créditos para compensar passivos de poluição. Por exemplo, um projeto ambiental que refloresta áreas desmatadas ou preserva a natureza contribui para evitar que o CO₂ não chegue à atmosfera — é o chamado sequestro de carbono.

Esse sequestro de carbono se transforma em crédito que pode ser negociado. Na outra ponta do mercado, empresas que mantêm atividade econômica que contribuem para a emissão de CO₂ podem comprar os créditos, realizando assim uma compensação ambiental.

Em dezembro do ano passado, foi sancionada a Lei 15.042, que regula o mercado de carbono no Brasil.

Disruptivo

Na opinião do diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, o projeto é um “mecanismo disruptivo para o setor ambiental” e tem entre suas vantagens o fato de garantir horizonte de longo prazo para os interessados em restaurar a floresta.

“Leva cinco, dez anos para a floresta estar pronta para gerar

os créditos. Enquanto o investidor faz isso, ele não sabe o preço do crédito daqui a cinco anos. Se ele participa de um leilão, já sabe o valor e pode montar o seu fluxo de caixa”, declarou.

Organizações da sociedade civil como o Nature Investment Lab (NIL) e o Instituto Clima e Sociedade (ICS) contribuíram para elaborar o projeto com informações técnicas.

Mercadante disse que haverá empresa especializada para certificar a geração do crédito de carbono. “O nosso desenho é uma certificadora em parceria pública e privada”, adiantou. Magda Chambriard acrescentou que, além de garantir a demanda para geração de crédito de carbono, a Petrobras espera “fazer dinheiro” com a iniciativa.

“O crédito de carbono é como se fosse uma ação, eu posso comprar e vender”, esclareceu. “Não precisa encarteirar esse título em 25 anos. Ela entra agora, compra e, em seguida, pode vender para o interessado, porque esse mercado, se organizando, cada vez vai ter mais liquidez e mais interesse”, completou Mercadante.

Tolmasquim

A presidente da Petrobras comentou a situação do diretor Maurício Tolmasquim, referência em assuntos ligados a energia, especialmente transição energética. Tolmasquim foi indicado para participar do Conselho de Administração da Eletrobras, empresa privada que atua na geração de energia.

Perguntada se há conflito de interesses, Magda respondeu: “Vamos ver ainda”. Ela afirmou, contudo, que os investimentos na área de sustentabilidade vão continuar à risca. “Faz parte do nosso planejamento estratégico.”

De acordo com Magda Chambriard, o orçamento para transição energética nos próximos cinco anos é de US\$ 16,2 bilhões, representando 15% do capex (dinheiro reservado para investimentos) da empresa. Ela reforçou que a Petrobras espera atingir em 2050 o chamado net zero (saldo negativo de emissão de carbono) na produção de petróleo. (Agência Brasil)

Mercado reduz previsão para expansão da economia em 2025

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia em 2025 foi reduzida, de acordo com dados do Boletim Focus, divulgados na segunda-feira (31), em Brasília. A pesquisa é realizada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a estimativa para o crescimento da economia caiu de 1,98% para 1,97%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma dos bens e serviços produzidos no país - foi mantida em 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021 quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,92 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerando a inflação oficial do país - para 2025 foi mantida em 5,65% nesta edição do Boletim Focus. Para 2026, a projeção da inflação ficou em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro a inflação oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022 quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa bá-

sica de juros, a Selic, definida em 14,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em um ponto percentual na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação na expansão. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços continue alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic “em menor magnitude” na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso. Além de esperada pelo mercado financeiro, a

elevação em um ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica. (Agência Brasil)

Petrobras reduz preço do diesel em R\$ 0,17 a partir desta terça-feira

A Petrobras anunciou na segunda-feira (31) a redução de R\$ 0,17 por litro no preço do óleo diesel A (utilizado na produção do óleo que chega aos consumidores). A diminuição de 4,6% passa a valer a partir de terça-feira (1º).

O anúncio foi feito pela presidente da estatal, Magda Chambriard, durante lançamento de um programa para aquisição de crédito de carbono, na sede da companhia, no Rio de Janeiro.

O novo valor do combustível vendido às refinarias será, em

média, de R\$ 3,55 por litro. De acordo com cálculos da empresa, considerando a mistura obrigatória de 86% de diesel A e 14% de biodiesel para composição do diesel B vendido nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará a ser de R\$ 3,05/litro, uma redução de R\$ 0,15 a cada litro de diesel B.

A última mudança no preço do diesel tinha sido em 1º de fevereiro, quando houve alta de R\$ 0,22.

A Petrobras informou que, com o novo preço de abril, o diesel barateou R\$ 0,94 por litro, re-

presentando recuo de 20,9% desde dezembro de 2022, quando houve a mudança de governo Bolsonaro para Lula. Considerando a inflação do período, a redução chega 29%, informou a estatal.

Magda Chambriard reforçou a defesa da política de preços da companhia, alterada em 2023. A atual política é considerada como “abrasileiramento” dos valores, pois leva em conta fatores como o custo da produção de petróleo no Brasil e a participação da Petrobras no mercado consumidor.

A intenção é não trazer para o consumidor brasileiro as flutuações bruscas dos preços internacionais e manter a estatal competitiva, para não perder mercado para concorrentes. “A gente olha preço a cada 15 dias”, afirmou a presidente.

“Se precisar subir, a gente sobe, se precisar descer, a gente desce. Neste momento, o que a gente está dizendo é: o abrasileiramento de preços de combustível no Brasil gerou uma economia relevante para a sociedade brasileira.” (Agência Brasil)

AgroNotícias



Mauricio Picazo Galhardo

VISITAAO JAPÃO

Encerrando sua visita ao Japão, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou do Fórum Econômico Brasil-Japão ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do primeiro-ministro japonês Shigeru Ishiba e de empresários dos dois países. Entre os acordos assinados entre Brasil e Japão durante a missão, destaca-se a Carta de Intenções entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério da Agricultura, Florestas e Pesca do Japão.

MEMÓRIAS RURAIS E AGENDA AGRO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil lançou o Memórias do Brasil Rural, importante para o Brasil. Realizado na sede da CNA, em Brasília, o evento reuniu o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, o projeto é uma iniciativa da CNA, do Canal Rural e da Embrapa, com apoio da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) para resgatar e preservar a história da agropecuária brasileira. No Senado Federal, foi lançada a Agenda Legislativa do Agro - CNA 2025 importante para o produtor rural e a representação política.

MERCADO DE CAPITALIS

A Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) recebeu, o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Barroso do Nascimento, dando continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica firmado recentemente entre as partes. Foi um momento de fortalecer a conexão entre a mais antiga entidade nacional do agronegócio e o mercado de capitais. “Estamos celebrando mais um acordo entre a CVM e o agronegócio, olhando para todas as oportunidades disponíveis...”, enfatizou João Pedro Barroso do Nascimento.

PRODUÇÃO DE GRÃOS EM SÃO PAULO

A estimativa da produção de grãos no Estado de São Paulo na safra 2024/25 é de 11,04 milhões de toneladas, um crescimento de 23,7% em relação ao ciclo anterior. Segundo as projeções, a área plantada no estado deve ter alta de 1,8%, atingindo 2,68 milhões de hectares, com incremento de 21,5% na produtividade, avaliada em 4.126 kg/ha. Os dados são do relatório do Departamento Econômico da Faesp com base em dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

MAÇÃ E CENOURA

Os preços praticados na comercialização da maçã nos principais mercados atacadistas registraram queda de 11,84% no último mês. A diminuição ocorre diante um aumento na colheita da variedade Gala, o que resulta em uma maior oferta da fruta em diversas Centrais de Abastecimentos (Ceasas) analisadas pela Companhia Nacional de Abastecimento. Os dados estão no 3º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado pela Companhia.

FRUTICULTURA

Com o objetivo de promover o crescimento internacional da fruticultura paulista, a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento de SP participou da abertura da Fruit Attraction SP 2025, a principal feira internacional de frutas e hortaliças da América Latina em São Paulo. “A fruticultura agrega valor, movimento a economia, gera empregos e preserva o meio ambiente...”, destacou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

ETANOL NO JAPÃO

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) e o Instituto de Economia da Energia do Japão (IEEJ) assinaram um Memorando de Entendimento (MoU, na sigla em inglês) para ampliar a colaboração técnica entre Brasil e Japão na agenda de biocombustíveis sustentáveis. Oficializado durante a agenda setorial realizada em linha com a visita de Estado do presidente Luiz Lula Inácio da Silva à Tóquio, o documento reforça a relevância do etanol brasileiro na transição para uma economia de baixo carbono.

DESENVOLVIMENTO

A nova fronteira do conhecimento ajudará a resolver a tensão entre a necessidade de aumentar a produtividade e conservar o meio ambiente, já que esses dois objetivos convergirão cada vez mais, disseram representantes de institutos de pesquisa e autoridades de organismos internacionais no Segundo Diálogo Regional sobre Ciência, Tecnologia e Inovação em Sistemas Agroalimentares da América Latina e do Caribe. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista





JT Publicidade

Demonstrações Financeiras 2024

EQUIPAV SANEAMENTO S.A. - CNPJ nº 15.385.166/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Equipav Saneamento S.A. ("Equipav Saneamento" ou "Companhia") é uma holding cuja maior parte dos resultados é proveniente da consolidação de sua controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") e subsidiárias nela consolidadas. A Companhia, através da Aegea, atua no setor de saneamento básico, com foco na gestão de água e esgoto. **Mensagem da Administração:** Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%, impulsionada por uma política econômica expansionista que sustentou o consumo e a atividade ao longo do ano. No entanto, o aumento da demanda elevou as pressões inflacionárias, exigindo resposta do Banco Central, que iniciou novo ciclo de alta de juros em setembro, movimento que persiste neste início de 2025. A participação privada no setor de saneamento segue em expansão desde a aprovação do novo marco regulatório em 2020. Em 2024, foram realizados diversos leilões regionais e municipais, que garantiram o maior volume anual em investimentos já registrado até hoje. A Equipav acompanha atentamente o crescimento do setor. **Aegea:** A Equipav Saneamento, por meio de sua investida Aegea, segue expandindo sua atuação no setor. Em 2024, atingiu 13,8 milhões de economias atendidas, adicionando 1 milhão de novas conexões em relação ao ano anterior. O ecossistema Aegea (incluindo Águas do Rio) registrou receita líquida proforma de R\$ 16,2 bilhões, 13% superior a 2023. O EBITDA proforma alcançou R\$ 8,0 bilhões, avançando 26% no período. Os investimentos totalizaram R\$ 10,4 bilhões ao longo do ano, somando CAPEX e outorgas - um acréscimo de R\$ 5,9 bilhões em relação a 2023. Em 2024, a Aegea ampliou sua presença geográfica com o início das operações de Águas de Valadares (MG), Ambiental Paraná (PR), Águas de Juru (RO) e Águas de Pálhoça (SC). Além disso, conquistou as licitações para a PPP de esgoto do Lote 1 da Sanepar (PR) e para a concessão de água e esgoto em 224 municípios do Piauí. Com isso, sua cobertura de saneamento se estende agora a mais de 33 milhões de pessoas em 766 municípios do país. **Equipav Saneamento:** A Companhia, que consolida os resultados da Aegea do ponto de vista societário, atingiu EBITDA ajustado pela receita e pelo custo de construção de R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 50,0% a.a., alcançando margem EBITDA de 67,1% no ano (+2,8 p.p.). O lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 2,3 bilhões no ano, 94,7% superior ao registrado em 2023. **Destques Econômico-Financeiros:** Ao longo do ano, a Companhia recebeu ingressos de R\$ 471 milhões (+57% a/a), sendo R\$ 302 milhões em dividendos da Aegea (+60% a/a) e R\$ 169 milhões em aportes dos acionistas.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Proforma Ecosistema Aegea	2024	2023	Δ %
Economias Proforma (milhões)	13,8	12,8	7,6%
Água	8,4	8,0	4,3%
Esgoto	5,4	4,8	13,0%
Volume futuro Proforma (milhões m³)	2.119	1.924	10,1%
Água	1.375	1.286	6,9%
Esgoto	744	638	16,6%
Receita líquida Proforma (R\$ MM)	16.154	14.266	13,2%
EBITDA Proforma (R\$ MM)	7.951	6.312	26,0%
Margem EBITDA Proforma	49,2%	44,2%	5,0 p.p.
Lucro líquido Proforma (R\$ MM)	1.449	1.399	3,6%
Investimentos Proforma (R\$ MM)	10.390	4.539	128,9%
CAPEX Proforma (R\$ MM)	5.350	4.008	33,5%
Outorgas pagas Proforma (R\$ MM)	5.040	531	849,1%
Divida líquida Proforma (R\$ MM)	34.332	23.339	46,7%
Divida líquida/EBITDA Proforma	4,3 x	3,7 x	0,6 x

Em 2024, as economias proforma da Aegea cresceram para 13,8 milhões com investimentos em expansão de cobertura e com a adição de mais de 900 mil novas economias, especialmente nas operações iniciadas em 2024 (Ambiental Paraná, Águas de Valadares, Águas de Juru e Águas de Pálhoça). O volume futuro proforma cresceu 10,1% a/a, impulsionado por novas operações, como Ambiental Ceará, e por Corsan, com o avanço da cobertura de esgoto e das ações comerciais. A receita líquida proforma Aegea cresceu 13,2% a/a, impulsionada pelo aumento do volume futuro, reajustes tarifários e maior receita de contraprestação das PPPs. O EBITDA proforma Aegea subiu 26,0% a/a devido à melhoria operacional e financeira, especialmente em Águas do Rio e Corsan, e ao início de novas operações. Os investimentos proforma Aegea alcançaram R\$ 10,4 bilhões em 2024, com destaque para a expansão da cobertura de esgoto e para o pagamento da última parcela de outorga da Águas do Rio, no valor de R\$ 3,8 bilhões, no 4T24. **Desempenho Consolidado:** A seguir, detalhamos os resultados consolidados da Equipav Saneamento conforme reportados nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Equipav Saneamento, que detém o controle da Aegea com 70,72% das ações ordinárias, consolida os resultados da Aegea.

RESULTADOS DO PERÍODO

Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Δ %
Receita operacional líquida	13.899	8.563	62,3%
Custos de serviços prestados	(7.218)	(4.445)	62,4%
Lucro bruto	6.680	4.118	62,2%
Despesas operacionais	(1.619)	(986)	64,1%
Outras receitas operacionais	715	402	77,9%
Equivalência patrimonial	96	257	-62,6%
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	5.872	3.790	54,9%
Resultado financeiro	(2.399)	(1.895)	26,6%
Resultado antes dos tributos	3.474	1.895	83,3%
Imposto de renda e contribuição social	(1.194)	(724)	64,8%
Lucro líquido	2.280	1.171	94,7%

Em 2024, a receita operacional líquida cresceu em função dos 12 meses completos de consolidação Corsan (comparados a 6 meses em 2023), aos reajustes tarifários e ao incremento na receita de contraprestação das PPPs. Crescimento expressivo do resultado operacional superou o impacto negativo do aumento da taxa de juros sobre o resultado financeiro, levando a um crescimento do lucro líquido de 95% a/a, que atingiu R\$ 2,3 bilhões no Consolidado.

EBITDA

Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Δ %
Lucro líquido	2.280	1.171	94,7%
Resultado Financeiro	2.399	1.895	26,6%
Imposto sobre lucro	1.194	724	64,8%
Depreciação e Amortização	926	686	35,1%
(-) Receita de Construção (ICPC 01)	(3.891)	(1.707)	128,0%
(+) Custo de Construção (ICPC 01)	3.809	1.707	123,2%
EBITDA Ajustado*	6.716	4.476	50,0%
Receita Líquida Ajustada*	10.007	6.856	46,0%
Margem EBITDA Ajustado	67,1%	65,3%	2,8 p.p.

*Exclui a receita e o custo de construção com margem próxima a zero (ICPC 01). O EBITDA Ajustado Consolidado da Equipav Saneamento totalizou R\$ 6,7 bilhões em 2024, +50% a/a, resultando em margem EBITDA de 67,1%, crescimento de 2,8 p.p. em relação a 2023.

CAIXA E ALAVANÇAGEM

Consolidado (R\$ milhões)	2024	2023	Δ %
Divida Bruta	26.284	17.841	47,3%
Caixa e Disponibilidades	(3.738)	(5.049)	45,3%
Divida líquida	18.945	12.792	48,1%
EBITDA Ajustado	6.716	4.476	50,0%
EBITDA Corsan Pré-Concessão	-	717	-
EBITDA Ajustado (12 meses)	6.716	5.193	29,3%
Divida líquida / EBITDA Ajustado	2,82 x	2,46 x	0,36 x

A dívida bruta consolidada ficou em R\$ 26,3 bilhões, aumento de 47,3% a/a, decorrente da consolidação da Corsan e das novas

captações realizadas ao longo do ano. Com caixa de R\$ 7,3 bilhões, a dívida líquida consolidada encerrou o período em R\$ 18,9 bilhões. A Companhia saiu de Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (12 meses) de 2,46x em 2023 para 2,82x em 2024.

DESEMPENHO DA CONTROLADORA

DESEMPENHO RECEBIDOS E APORTES DOS ACIONISTAS	2024	2023	Δ %
Controladora (R\$ milhões)	2024	2023	Δ %
Dividendos recebidos	302	189	59,6%
Aportes dos acionistas	169	110	53,6%
Ingressos totais	471	299	57,4%

Ao longo do ano, a Companhia recebeu um total de R\$ 471 milhões em ingressos financeiros, representando um crescimento de 57,4% em relação ao ano anterior. Desse montante, R\$ 302 milhões referem-se a dividendos recebidos da Aegea (+59,6% a/a), enquanto R\$ 169 milhões correspondem a aportes realizados por seus acionistas (+53,6% a/a).

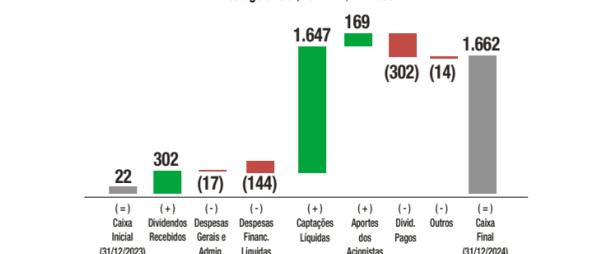
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora (R\$ milhões)	2024	2023	Δ %
Despesas gerais e administrativas	(19)	(10)	85,4%

As despesas gerais e administrativas da controladora totalizaram R\$ 19,0 milhões em 2024, um aumento de 85,4% em relação a 2023. Esse aumento refletiu o fortalecimento da estrutura corporativa em áreas como Jurídico, Compliance, Governança Corporativa, Tesouraria e Relações com Investidores, e Controladoria.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Visão gerencial, 2024 - R\$ milhões

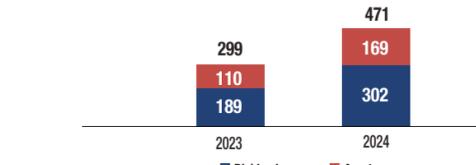


Com caixa inicial de R\$ 22 milhões, a Equipav Saneamento atingiu uma posição de caixa de R\$ 1.622 milhões no final do ano, explicado principalmente pelo programa de *liability management* - duas captações de debêntures que trouxeram liquidez e alongaram o prazo médio da dívida da Companhia - e pelo aumento dos dividendos recebidos, complementados por aportes dos acionistas. Em 2024, a Equipav recebeu ingressos de R\$ 471 milhões (+57% a/a), sendo R\$ 302 milhões em dividendos da Aegea (+60% a/a) e R\$ 169 milhões em aportes dos acionistas. Em contrapartida, teve despesas financeiras líquidas de R\$ 144 milhões.

Endividamento: Em 2024, a Equipav Saneamento implementou uma estratégia de *liability management* que permitiu a ampliação da liquidez e o alongamento do prazo médio da dívida para 8,3 anos (em 31/12/2024), por meio de duas emissões de debêntures distribuídas a mercado: • Em março, a Companhia concluiu sua 6ª emissão de debêntures, com volume total de R\$ 1,0 bilhão, com taxa de CDI + 3,90% a.a. e vencimento em 2034; • Em novembro, a Companhia concluiu sua 7ª emissão de debêntures, com volume total de R\$ 1,2 bilhão, com taxa de CDI + 3,40% a.a. e vencimento em 2035. **Posicionamento Estratégico:** Em 2024, a Equipav Saneamento implementou avanços em sua governança corporativa: • Em abril, consolidamos a participação do veículo Equipav Saneamento na Aegea em 70,72% do capital, após incorporamos a falha de 13,35% que era anteriormente detida pelo Saneamento 100%. Fundo de Investimento em Participações ("FIP Saneamento"); • Em agosto, a S&P Global Ratings atribuiu a Equipav Saneamento o rating inaugural "brAA+" na Escala Nacional, com perspectiva estável - rating reafirmado em novembro; • Em setembro, a Companhia concluiu o processo de obtenção de registro de companhia aberta, categoria B, junto à CVM, de forma a seguir atraindo capital de maneira eficiente e competitiva; A Companhia reforçou sua estrutura organizacional em áreas como Jurídico, Compliance e Governança Corporativa; Tesouraria e Relações com Investidores; Controladoria; M&A e Novos Negócios. **Eventos subsequentes:** Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia distribuiu dividendos intercalares no montante bruto de R\$ 75 milhões à acionista Arcos Saneamento e Participações S.A. Em 31 de janeiro de 2025, através de Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 6ª emissão de debêntures, a Companhia obteve concessão de renúncia prévia (*wavier*) em relação ao nível máximo de dívida bruta total, a partir da data da AGD e até 31 de dezembro de 2031, alinhando-se à 7ª emissão de debêntures, que não estabelece nível máximo de dívida bruta total. Em 24 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da Aegea, a Companhia e demais acionistas aprovaram aumento de capital da Aegea no valor de R\$ 424,2 milhões. Como resultado, a Companhia aportou o total de R\$ 300,0 milhões na Aegea, mantendo inalterada sua participação no capital volante da Aegea (70,72% das ações ordinárias) após a operação.

RESULTADOS AEGEA

Dividendos Recebidos e Aporte dos Acionistas (R\$ MM)



As despesas gerais e administrativas da controladora totalizaram R\$ 19,0 milhões no ano (+85% a/a), em linha com o fortalecimento da estrutura corporativa. A Companhia encerrou 2024 com caixa de R\$ 1.662 milhões, comparado a R\$ 22 milhões no início do ano. A estrutura de capital segue fortalecida, com Dívida Líquida/EBITDA de 2,82x em 2024. Em 2024, a Equipav Saneamento implementou uma estratégia de *liability management* que permitiu a ampliação da liquidez e o alongamento do prazo médio da dívida para 8,3 anos (em 31/12/2024), por meio de duas emissões de debêntures distribuídas a mercado: • Em março, a Companhia concluiu sua 6ª emissão de debêntures, com volume total de R\$ 1,0 bilhão, com taxa de CDI + 3,90% a.a. e vencimento em 2034; • Em novembro, a Companhia concluiu sua 7ª emissão de debêntures, com volume total de R\$ 1,2 bilhão, com taxa de CDI + 3,40% a.a. e vencimento em 2035. **Posicionamento Estratégico:** Em 2024, a Equipav Saneamento implementou avanços em sua governança corporativa: • Em abril, consolidamos a participação do veículo Equipav Saneamento na Aegea em 70,72% do capital, após incorporamos a falha de 13,35% que era anteriormente detida pelo Saneamento 100%. Fundo de Investimento em Participações ("FIP Saneamento"); • Em agosto, a S&P Global Ratings atribuiu a Equipav Saneamento o rating inaugural "brAA+" na Escala Nacional, com perspectiva estável - rating reafirmado em novembro; • Em setembro, a Companhia concluiu o processo de obtenção de registro de companhia aberta, categoria B, junto à CVM, de forma a seguir atraindo capital de maneira eficiente e competitiva; A Companhia reforçou sua estrutura organizacional em áreas como Jurídico, Compliance e Governança Corporativa; Tesouraria e Relações com Investidores; Controladoria; M&A e Novos Negócios. **Eventos subsequentes:** Em 29 de janeiro de 2025, a Companhia distribuiu dividendos intercalares no montante bruto de R\$ 75 milhões à acionista Arcos Saneamento e Participações S.A. Em 31 de janeiro de 2025, através de Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da 6ª emissão de debêntures, a Companhia obteve concessão de renúncia prévia (*wavier*) em relação ao nível máximo de dívida bruta total, a partir da data da AGD e até 31 de dezembro de 2031, alinhando-se à 7ª emissão de debêntures, que não estabelece nível máximo de dívida bruta total. Em 24 de março de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da Aegea, a Companhia e demais acionistas aprovaram aumento de capital da Aegea no valor de R\$ 424,2 milhões. Como resultado, a Companhia aportou o total de R\$ 300,0 milhões na Aegea, mantendo inalterada sua participação no capital volante da Aegea (70,72% das ações ordinárias) após a operação.

Receita Líquida	EBITDA	CAPEX
Proforma Ecosistema	Proforma Ecosistema	Proforma Ecosistema
R\$ 16,2 bilhões	R\$ 8,0 bilhões	R\$ 5,4 bilhões
+13% a/a	+26% a/a	+R\$ 1,3 bil a/a

Os valores Proforma do Ecosistema Aegea representam o somatório dos resultados das empresas controladas e coligadas da Aegea que compartilham do mesmo modelo operacional e que se beneficiam, por meio deste modelo, da captura de eficiências operacionais, ainda que sejam estruturas não completamente consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Aegea. Para mais informações sobre esses resultados e as conciliações, acesse o [Earnings Release da Aegea pelo site de IR](#).

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.661.619	21	1.844.263	138.976
Aplicações financeiras	6	-	22.289	5.296.763	4.737.637
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.908.102	1.848.528
Ativos financeiros contratuais	8	-	-	304.260	333.560
Estoque	-	-	-	61.905	197.139
Debêntures privadas partes relacionadas	9	-	-	14.067	-
Tributos a recuperar	9	5.406	-	253.688	195.376
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	3.925	1.188	2.189	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	10.147	71.530
Outros créditos	-	-	35	166.480	322.168
Total do ativo circulante	-	1.670.950	23.533	9.861.884	7.826.914
Aplicações financeiras	6	-	-	197.243	172.788
Contas a receber de clientes	7	-	-	575.935	491.522
Ativos financeiros contratuais	8	-	-	1.288.192	512.043
Tributos a recuperar	9	226	7.494	29.933	167.369
Ativos de longo prazo	9	-	-	1.050.294	835.226
Aviso fiscal diferido	24 b	-	-	426.795	709.390
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	2.038.007	541.514
Depósitos judiciais	17	-	-	391.449	480.964
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	7.074.289	6.533.143
Outros créditos	-	-	-	219.669	220.119
Total do realizável a longo prazo	-	226	7.494	13.291.806	10.664.078
Investimentos	10	2.538.501	2.285.472	1.225.125	676.583
Imobilizado	11	56	43	1.532.205	763.494
Ativo de contrato da concessão	11	-	-	3.241.181	3.010.743
Intangível	12	-	-	16.311.729	11.254.792
Total do ativo não circulante	-	2.538.783	2.293.009	35.602.046	26.379.890
Total do ativo	-	4.209.733	2.316.542	45.463.930	34.206.604

Passivos

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores e empreiteiros	13	205	128	798.426	612.910
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	58.512	67.813	2.069.502	1.519.488
Obrigações trabalhistas e sociais	15	657	83	374.535	658.457
Obrigações fiscais	-	760	226	130.422	141.369
Dividendos a pagar	9	113.856	12.803	504.779	160.921
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	235.856	146.734
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	205.759	540.798
Parcelamentos de tributos	-	-	-	346	604
Outros tributos diferidos	-	-	-	64.016	30.774
Outras contas a pagar	16	-	-	519.268	288.561
Total do passivo circulante	-	173.990	81.053	4.902.909	4.100.616
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	63.702	65.615
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.119.503	476.499	24.889.816	16.104.099
Parcelamentos de tributos	-	-	-	1.386	1.614
Provisões	17	-	-	1.322.214	1.687.645
Passivo fiscal diferido	24 b	-	-	438.622	328.935
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	1.166.862	289.827
Provisão para perda de investimentos	10	-	-	317.309	-
Provisão de benefício pós-emprego	18	-	-	256.976	622.578
Outros tributos diferidos	-	-	-	60.436	55.465
Outras contas a pagar	16	-	-	2.113.843	1.208.470
Total do passivo não circulante	-	2.119.503	847.808	30.313.857	20.364.248
Total do passivo	-	2.293.493	928.861	35.216.766	24.464.864
Patrimônio líquido	19	-	-	10.247.164	9.741.740
Capital social	1	1.338.893	526.711	1.338.893	526.711
Reserva de capital	-	(18.357)	(18.357)	(18.357)	(18.357)
Reservas de lucros	-	803.535	865.183	803.535	865.183
Ajuste de conversão de balanço	-	(209.952)	12.023	(209.952)	12.023
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.121	2.121	2.121	2.121
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	-	1.916.240	1.387.681	1.916.240	1.387.681
Participação de não controladores	-	-	-	8.330.924	8.354.059
Total do patrimônio líquido	-	1.916.240	1.387.681	10.247.164	9.741.740
Total do passivo e patrimônio líquido	-	4.209.733	2.316.542	45.463.930	34.206.604

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido



SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ nº 43.395.177/0001-47

Relatório da Administração

Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/> e b) <https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/>

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balancos Patrimoniais				Passivo	Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023		Notas	Controladora	Consolidado	Controladora
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.134	1.408	126.128	352.164				
Contas a receber	7	35.748	51.227	77.484	101.436				
Tributos a recuperar		496	2.073	3.177	5.164				
Outros créditos	8	39.924	103.653	62.755	20.325				
Total do ativo circulante		96.302	158.361	269.542	479.089				
Não circulante									
Contas a receber	7	1.515	1.440	10.803	8.606				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	16	36.470	600	-	-				
Depósitos judiciais	17	1.243	1.399	6.477	5.412				
Outros créditos	8	3.149	3.928	6.126	62.264				
Tributos diferidos	22	26.106	24.204	54.401	50.544				
Investimentos	9	1.191.299	1.232.103	45	45				
Imobilizado, líquido	10	46.093	39.710	292.417	284.583				
Direito de uso	13	69.592	84.042	425.012	475.965				
Intangível, líquido	11	97.990	68.805	1.009.581	778.830				
Total do ativo não circulante		1.473.457	1.456.231	1.804.862	1.666.249				
Total do ativo		1.569.759	1.614.592	2.074.404	2.145.338				

Demonstrações dos Resultados

Receita líquida	Controladora				Consolidado			
	Notas	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Custo dos serviços prestados	23	544.837	488.426	1.115.009	980.297			
Lucro bruto	24	(246.430)	(238.437)	(536.580)	(484.426)			
(Despesas) e receitas operacionais:								
Despesas gerais, administrativas e comerciais	24	(173.116)	(144.992)	(251.559)	(237.735)			
Resultado de equivalência patrimonial	9	178.907	147.310	-	-			
Outras receitas, líquidas	24	1.725	4.575	26.247	21.636			
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		305.923	256.882	353.117	279.772			
Receitas financeiras	25.1	5.828	2.649	32.452	44.368			
Despesas financeiras	25.2	(129.257)	(163.717)	(196.929)	(224.245)			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		182.494	95.814	188.640	99.895			
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	22	(590)	(119)	(8.691)	(1.314)			
Diferido	22	1.902	(80)	3.857	(2.966)			
Lucro líquido do exercício		183.806	95.615	183.806	95.615			
Média ponderada das ações no exercício	20	2.262.398	2.262.398					
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	81,2439	42,2627					

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	183.806	95.615	183.806	95.615
Total do resultado abrangente do exercício	183.806	95.615	183.806	95.615

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Notas	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros		
Lucro líquido do exercício		57.600	-	-	-	95.615	95.615
Aumento de capital		-	-	-	-	-	57.600
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19.2	-	-	4.781	4.781	(4.781)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	(22.709)	(22.709)
Retenção de lucros	19.3	-	68.125	-	68.125	(68.125)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		113.482	134.390	15.032	149.422	183.806	262.904
Lucro líquido do exercício	19.1	202.252	(30.000)	(30.000)	(30.000)	172.252	183.806
Aumento de capital	19.4	-	(10.291)	(10.291)	(10.291)	-	172.252
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19.2	-	-	9.190	9.190	(9.190)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	-	(43.654)	(43.654)
Retenção de lucros	19.3	-	130.962	-	130.962	(130.962)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		315.734	225.061	24.222	249.283	183.806	565.017

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Universidade Cidade São Paulo - UNICID" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede em São Paulo - SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis: a administração de atividades de suporte, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e mestrados; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele-presencial à distância; a prestação de serviços relativos a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. **1.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2025. **1.3. Consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2024	31/12/2023
Participação direta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	100,00%	100,00%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	100,00%	100,00%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	100,00%	100,00%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO")	100,00%	100,00%
Participação indireta		
Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("CESA")	100,00%	100,00%
Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("FAP")	100,00%	0,00%
As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis não sejam alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não são o resultado do exercício. 1.4. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"): As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. 1.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024: Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: O IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: <i>covenants</i>), mesmo que a mensuração contratual do <i>covenant</i> somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob <i>covenants</i> somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente <i>covenants</i> com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. Essa alteração não tem impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 1.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: IFRS 18 "Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras": Em 9 de abril de 2024, o IASB publicou o IFRS 18 - "Presentation and Disclosure in Financial Statements", nova norma que aborda a apresentação e divulgação de demonstrações financeiras, com foco em atualizações nas demonstrações dos resultados. O IFRS 18 irá substituir o IAS 1 - "Presentation of financial statements" e é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027 e se aplica também, para os períodos comparativos. IFRS 19 "Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações": Em maio de 2024, o IASB publicou o IFRS 19 - "Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures", essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;		

Diretoria

Renato Padovese - Diretor Presidente	Luiz Felipe Bresaola - Diretor sem Designação Específica	Felipe Coragem Negro - Diretor Financeiro e Administrativo
--------------------------------------	--	--

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/> e <https://ri.cruzeiro-dosuleducacional.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de março de 2025, sem modificações.

Das atividades operacionais	Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Notas	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		182.494	95.814	188.640	99.895
Resultado de equivalência patrimonial	9	(178.907)	(147.310)	-	-
Depreciação e amortização	10 e 11	23.735	31.715	56.244	64.728
Depreciação do direito de uso	13	23.256	23.370	50.444	50.255
Amortização do custo de captação	12	565	367	565	367
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	18	36.763	45.894	37.469	45.894
Juros de debêntures	12	63.038	90.340	63.038	90.340
Juros sobre passivo de arrendamento	13	9.390	11.130	46.693	49.193
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7	(31)	(87)	1.794	(1.056)
Provisão para demandas judiciais	17	752	(83)	4.056	(3.074)
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	48.356	23.283	67.975	46.298
Baixa de imobilizado	10 e 11	54	452	2.115	457
Baixa por descontinuidade de arrendamento	13	-	(31)	(5.963)	(324)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		209.465	174.854	513.070	442.973
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber	(32.921)	(33.846)	(46.782)	(59.226)	
Depósitos judiciais	156	(339)	(1.028)	3.824	
Tributos a recuperar	987	649	(3.319)	(1.105)	
Outros créditos	4.503	(84.623)	11.988	(18.070)	
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores	(4.741)	1.320	(8.396)	(2.423)	
Obrigações trabalhistas	(2.845)	(3.104)	2.818	(9.647)	
Obrigações tributárias	(4.063)	(4.132)	(6.377)	(7.967)	
Obrigações com partes relacionadas	26.051	19	(12.940)	19.199	
Adiantamentos de clientes	4.777	1.773	9.232	2.082	
Outras contas a pagar	(8.174)	2.701	(9.237)	1.245	
Total	200.586	55.272	444.479	351.705	
Imposto de renda e contribuição social pagos					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(202.586)	(963)	(2.141)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	9	280.584	103.685	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	18	(166.369)	-	(179.311)	-
Aquisição FAPI, líquido de caixa adquirido	2	-	-	(157.916)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	(36.470)	(807)	-	-
Aquisição de imobilizado	10	(14.514)	(14.236)	(33.416)	(36.455)
Aquisição de intangível	11	(42.382)	(48.841)	(43.767)	(50.258)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		20.849	39.801	(414.101)	(86.713)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	(33.705)	(13.601)	(33.705)	(13.601)	
Captação de debêntures	12	171.910	-	171.910	
Pagamento de debêntures (principal e juros)	12	(323.136)	(233.178)	(323.136)	(233.178)
Pagamento de arrendamento	13	(33.248)	(33.365)	(85.681)	(83.906)



Relatório da Administração
Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e b) https://ri.cruzeirodoisul.eduacional.com.br/

Balancos Patrimoniais					Demonstrações dos fluxos de caixa				
Ativo Circulante	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	160.903	4.533	330.701	125.423				
Contas a receber	6	17.003	27.566	45.228	64.933				
Tributos a recuperar		3.872	1.066	7.949	5.334				
Outros créditos	7	6.854	16.644	6.332	7.337				
Total do ativo circulante		187.822	49.809	390.210	203.027				
Não circulante									
Contas a receber	6	2.064	1.882	9.111	6.445				
Depósitos judiciais	16	3.955	4.782	5.925	6.920				
Outros créditos	7	446	309	18.972	13.973				
Tributos diferidos	22	29.908	29.974	43.491	41.034				
Investimentos	8	672.491	620.785	42	42				
Direito de uso, líquido	9	14.611	14.835	104.181	101.044				
Direito de uso, líquido	12	60.994	72.625	215.258	253.790				
Intangível, líquido	10	2.798	1.973	556.547	984.907				
Total do ativo não circulante		787.267	747.165	953.535	968.155				
Total do ativo		975.089	796.974	1.343.745	1.191.182				

Demonstrações dos resultados					
Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Receita líquida	23	268.803	251.721	608.413	563.670
Custo dos serviços prestados	24	(130.237)	(118.860)	(308.738)	(278.913)
Lucro bruto		138.566	132.861	299.645	284.757
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	24	(31.583)	(32.385)	(98.323)	(100.991)
Resultado de equivalência patrimonial	8	69.874	58.971	-	-
Outras receitas, líquidas	24	1.056	1.083	3.173	2.913
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		177.913	160.530	204.495	186.679
Receitas financeiras	25.1	15.041	2.351	32.047	20.201
Despesas financeiras	25.2	(70.826)	(64.367)	(115.773)	(106.970)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		122.128	98.514	120.769	99.910
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22	(1.729)	(1.021)	(3.649)	(2.090)
Deferida	22	69	377	3.213	750
Lucro líquido do exercício		120.333	98.570	120.333	98.570
Média ponderada das ações no exercício	20	400.182	400.182	-	-
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	300.6957	246.3129	-	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Notas	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	2024	2023	Retenção de lucros	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		123.950	105.987	8.071	114.058	238.008
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	98.570
Aumento de capital		15.700	-	-	-	15.700
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19	-	-	4.929	4.929	(4.929)
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	(23.410)	(23.410)
Retenção de lucros	19	-	70.231	-	(70.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.650	176.218	13.000	189.218	328.868
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	120.333
Aumento de capital	19.1	95.771	(50.641)	-	(50.641)	45.130
Dividendos adicionais propostos	19.4	-	(116.297)	-	(116.297)	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	19	-	-	6.017	6.017	(6.017)
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	-	-	-	(28.579)	(28.579)
Dividendos adicionais pagos	19.4	-	-	-	(31.421)	(31.421)
Retenção de lucros	19	-	54.316	-	(54.316)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		235.421	63.596	19.017	82.613	318.034

1. Informações gerais: 1.1. **Contexto operacional:** A ACEF S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, controlada pela Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Arnaldo, Saneamento de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados. 1.2. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" ("IFRS Accounting Standards")), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee ("SIC Interpretations"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota de Ajuste de Balanço e no Relatório de Administração. 1.3. **Consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas em 31/12/2024 e 31/12/2023.

Participação indireta

Participação direta	31/12/2024	31/12/2023
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	100,00%	100,00%
Veritas Educacional Á Participações, S.A. ("Veritas")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	100,00%	100,00%

Participação indireta

Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	31/12/2024	31/12/2023
CESUCA Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. ("CESUCA")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	100,00%	100,00%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiveram o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício. 1.4. **Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento. 1.5. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** **Alteração ao IAS 1/CPIC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis:** O IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. Essa alteração não tem impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não há outras normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 1.6. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** IFRS 18 - "Presentation and Disclosure of Financial Statements": Em 9 de abril de 2024, o IASB publicou o IFRS 18 - "Presentation and Disclosure of Financial Statements", nova norma que aborda a apresentação e divulgação de demonstrações financeiras, com foco em atualizações nas demonstrações dos resultados. O IFRS 18 irá substituir o IAS 1 - "Presentation of financial statements" e é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027 e se aplica, também, para os períodos comparativos. IFRS 19 - "Subsidiaries without Public Accounting": Em maio de 2024, o IASB publicou o IFRS 19 - "Subsidiaries without Public Accounting: Disclosures", essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladas que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - "Classification and Measurement of Instruments Financials": Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recorrentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: (a) esclareceram a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclareceram e adicionaram orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contigente; (c) adicionaram novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizaram as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os impactos das novas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 1.7. **Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"). Aprovado na Câmara dos Deputados em 10 de julho, o projeto foi encaminhado ao Senado e foi aprovado em 12 de dezembro de 2024, retornado para a Câmara dos Deputados para uma segunda votação, que ocorreu em 15 de dezembro de 2024. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei Complementar, transformando-o na Lei Complementar 214/2025. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Foi também criado um imposto selo ("IS"), de competência dos Estados e Municípios, que substituirá o imposto de transmissão de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda está apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 69/2024, aprovado como acima mencionado, que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. A transição para o novo sistema tributário começará em 2026 e se estenderá até 2032, permitindo que a sociedade e os setores econômicos se adaptem gradualmente às novas regras. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2. **Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas financeiras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionadas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Com-

Diretoria
Renato Padovese - Diretor Presidente
Luiz Felipe Bressola - Diretor sem Designação Específica
Felipe Coragem Negro - Diretor Financeiro e Administrativo
Solange Marcos - CRC 15P244763/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e https://ri.cruzeirodoisul.eduacional.com.br/.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de março de 2025, sem modificações.

Alíquota do ICMS sobre compras internacionais sobre de 17% para 20%

Teto para reajuste de medicamentos é publicado

Resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), publicada na segunda-feira (31) no Diário Oficial da União, estabelece o novo teto para reajuste de preços de remédios vendidos em farmácias e drogarias de todo o país.

Com a publicação, empresas detentoras de registro de medicamentos poderão ajustar os preços de seus remédios, sendo o ajuste máximo permitido da seguinte forma:

- nível 1: 5,06%;
- nível 2: 3,83%;
- nível 3: 2,60%.

A CMED é composta pelos ministérios da Saúde, a Casa Civil, da Justiça e Segurança Pública, Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) exerce a função de secretaria executiva, fornecendo o suporte técnico às decisões.

Cálculo
Para a definição dos novos valores, o conselho de ministros da CMED leva em consideração fatores como a inflação dos últimos 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a produtividade das indústrias de medicamentos e os custos não captados pela inflação, como o câmbio, a tarifa de energia elétrica e a concorrência de mercado.

Entenda
As farmácias e drogarias, assim como os laboratórios, distribuidores e importadores, não podem cobrar pelos medicamentos preço acima do permitido pela CMED. A Lei nº 10.742, de 2003, que trata da regulação do setor farmacêutico, prevê o reajuste anual dos medicamentos.

Isso não significa, entretanto, que haverá aumento automático dos preços praticados, mas uma definição de teto permitido de reajuste. Cabe aos fornecedores – farmacêuticas, distribuidores e lojistas – fixarem o preço de cada produto, respeitados o teto legal e estratégias diante da concorrência.

Em 2024, por exemplo, o reajuste anual do preço de medicamentos foi de 4,5%, equivalente ao índice de inflação do período anterior.

Lista de medicamentos
A lista com os preços máximos que podem ser cobrados por cada produto fica disponível no site da Anvisa e é atualizada mensalmente.

Segundo a agência, a legislação prevê um reajuste anual do teto de preços com o objetivo de proteger os consumidores de aumentos abusivos, garantir o acesso a medicamentos e preservar o poder aquisitivo da população.

Ao mesmo tempo, o cálculo estabelecido na lei busca compensar eventuais perdas do setor farmacêutico devido à inflação e aos impactos nos custos de produção, possibilitando a continuidade no fornecimento de medicamentos.

Irregularidades
De acordo com a CMED, além da lista da Anvisa, os consumidores podem consultar revistas especializadas na publicação de preços de medicamentos, que devem ser disponibilizadas obrigatoriamente pelas farmácias e drogarias.

“Essas revistas não devem ser confundidas com o material de publicidade do estabelecimento e os preços nelas contidos podem ser menores que aqueles da lista da CMED, pois refletem descontos concedidos pela indústria, mas jamais superiores.”

Caso o consumidor encontre irregularidades, a orientação é acionar os órgãos de defesa do consumidor, como os Procons e a plataforma consumidor.gov.br. Também é possível encaminhar denúncias diretamente à CMED, por meio de formulário disponível na página da Anvisa. (Agência Brasil)



Relatório da Administração: A Swap Instituição de Pagamento S.A. (Swap Ipo Empresa), apresenta as suas Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB ou BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), São Paulo, 31 de março de 2025. A Administração

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demandará a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: www.diaoinstituicoes.com.br. O relatório relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 31 de Março de 2025, sem modificações.

Table with columns: Balanço Patrimonial, Notas, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Ativos circulares, Ativos não circulares, Passivos e Patrimônio Líquido.

Table with columns: Demonstração do Resultado, Notas, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Receita Líquida, Receita Bruta, Despesas Gerais e Administrativas, Lucro do semestre.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Contexto operacional: A Swap Instituição de Pagamento S.A. (Swap Ipo Empresa) foi constituída em 15 de setembro de 2018, com finalidade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2369, Conjunto 1102 - 11º Andar, Jardim Paulista, CEP 01452-922. Tem como atividade principal atuar como instituição de pagamentos, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e tendo por objeto, mas sem limitar-se, Emissão, gestão e administração de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamentos, e participações em outras sociedades, bem como o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, customizados e não customizados relacionados a serviços financeiros, especialmente meios de pagamentos. A Swap foi criada com a ambição de integrar a tecnologia ao ambiente regulatório, e assim trazer benefícios a empresas que desejam oferecer serviços financeiros, e em suas operações com o público em geral tem demonstrado forte aceitação. A empresa focou em aplicar seus esforços e investimentos em desenvolver soluções para dinamizar e tornar eficiente a conexão com nossos parceiros possibilitando operações seguras e ágeis. A Swap faz uso de todas as medidas necessárias, com base em normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, bem como atender todas as normas que fomentam a segurança e os controles das operações. Em 15 de dezembro de 2022, a empresa foi aprovada como instituição de pagamentos pelo BACEN, de acordo com a publicação em Diário Oficial, em duas modalidades: Emissora de Moeda Eletrônica e Emissora de Instrumento Pós-pago. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Swap passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras de acordo com critérios determinados pelo Banco Central do Brasil.

Table with columns: Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Fluxo de caixa das atividades operativas, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

A Diretoria Contador: Mário Ivan dos Santos - CRC 15P 176.011/O-3

Miguel Donha Jr. Leilão Oficial - Matrícula: 14/2561 - Jucepar www.donhaleiloes.com.br COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL 220 Veículos 41 3134-3450

LEILÃO ONLINE LEILÃO dia 01/04/2025 QUARTA-FEIRA Leilão 10h30 LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 - Borda do Campo - São José dos Pinhais - PR COLISÃO: ETIOS 2012 2013 F-250 2004 F-350 1998 FIEDLER 2007 2008 3 FIESTA: 1996 2013 2014 2014 2 FIT: 2017 2008 FLUENCE 2014 4 FOCUS: 2011 2012 2015 2018 2019 2015 2 FOX: 2011 2016 2017 FUSION 2013 4 GOL: 2008 2009 2012 2013 1996 2019 2020 2 GRAND SIENA: 2013 2014 2019 7 HB20: 2014 2015 2014 2019 2020 2016 2017 2019 2015 2014 HILUX CD 2011 2012 130 2010 2011 2 JETTA: 2011 2012 2015 3 KA: 2016 2017 1997 1978 2019 2020 KADETT 2 1993 KICKS 2018 2019 KWID 2020 2021 2 MASTER: 2017 2018 2002 2003 MERIVA 2012 2021 2 MOBIL: 2018 2019 2016 2017 4 MONTANA: 2017 2018 2019 2018 2014 2015 2013 2 NINIA 300: 2014 2015 2014 2 NINIA 400: 2020 2019 2020 12 ONIX: 2019 2019 2019 2020 2019 2018 2019 2014 2015 2015 2016 2017 2019 2013 2019 2010 2019 2020 7 PALIO: 2016 2014 2002 2003 2009 2010 1996 2008 2011 2011 2012 PARATI 2008 2009 3 POLO: 2010 2011 2017 2018 2009 2010 3 PRISMA: 2019 2007 2013 3 PUNTO: 2012 2013 2012 2013 2013 2013 QUANTUM 1986 3 RANGER: 2011 2015 2016 2011 2012 REBOQUE 2017 2018 2 2010 2009 2010 2012 2013 SANDERO 2011 2012 SANTA FE 2010 2011 SANTANA 2001 2 SAVERIO: 2019 2020 2012 2013 SENTRY 2014 4 SIENA: 2008 2015 2002 2003 2009 2010 3 SONIC SEDAN: 2012 2013 2014 SPACEFOX 2016 6 STRADA: 2014 2015 2009 2010 2012 2013 2011 2012 2015 2016 2018 STRALIS 2012 2013 SUPER 2009 TORO 2019 2020 8 UNO: 2010 2011 2011 2005 2006 2013 2011 2012 1991 1990 1993 2013 2014 VECTRA HATCH 2011 VERSA 2012 2013 VERSAILLES 1994 1995 VIRTUS 2018 2019 VOYAGE 2014 2015 WEB 2005 XJ6 2013 2013 XARIS 2019 2020 YBR 125 2007

A. Cury Administração e Participações Ltda. Edital de Convocação de Reunião de Sócios a ser realizada em 29 de abril de 2025

AC Real State Administração e Participações Ltda. Edital de Convocação de Reunião de Sócios a ser realizada em 29 de abril de 2025

SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBENTURES MANDATORIAMENTE CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, EM ATÉ 2 (DUAS) SÉRIES, DA SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBENTURES MANDATORIAMENTE CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA COLOCAÇÃO PRIVADA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 946.531 em 31 de janeiro de 2025 a requerimento de LAILA IZAR, brasileira, do lar, RG nº 5.274.807-8-SSP/SP, CPF nº 070.835.488-20, solteira, maior, residente e domiciliada na Avenida Rouxinol nº 438 aptº 81, Indianópolis - CEP 04516-000, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, tendo como titular de domínio a CONSTRUTORA WASSERMAN S/A, CNPJ nº 60.437.571/0001-10, com sede nesta Capital, na Rua Dr. Diogo de Faria nº 1.036, representada por Perola Wasserman e Vanessa Wasserman, cujas anúncias constaram do processo, requer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/23 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o apartamento 81, tipo I do Edifício Indaí, situado na Av. Rouxinol nº 438, em Indianópolis, com área útil de 94,82m2, área real comum de 55,56m2, perfazendo a área real global de 150,38m2, correspondendo-lhe no terreno e demais coisas do condomínio a fração ideal de 2,35%, com direito ao uso de uma vaga indeterminada na garagem do edifício, matriculada neste Cartório sob o nº 175.236, alegando e comprovando posse mansa e pacífica há mais de 24 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 27 de março de 2025.

ANGIS - Associação Nacional dos Organismos de Inspeção EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA O Presidente da ANGIS - Associação Nacional dos Organismos de Inspeção, Sr. Aquiles Leonardo Pisaneli, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, FAZ SABER a todos os seus associados que realizará-se em 14 de abril de 2025, às 10:00 horas em primeira chamada e às 10:30 horas em segunda e última chamada, de forma virtual através do link: https://meet.google.com/nhc-nmer-kgp a Assembleia Geral Ordinária prevista no Artigo 17º do Estatuto. Para que os associados participem de forma remota, conforme Art. 169 §6º do Estatuto Social, através de acesso virtual, sendo necessário que os interessados confirmem a sua participação, informando seu respectivo e-mail para o seguinte endereço eletrônico: coordenação@angis.org.br para que possam estar habilitados a atividade junto a Assembleia.

Resaltamos que conforme nosso Estatuto Social: Art. 7º. São deveres dos associados: § 2º. O Associado deve, por carta dirigida à Diretoria Estatutária, devidamente acompanhada de instrumento de mandato (procuração) redigido nos moldes legais, cujo outorgante, deve necessariamente constar do Contrato Social ou Estatuto na qualidade de representante legal, credenciar um representante (outorgado) para o fim específico de representá-lo junto aos assuntos e atividades da Associação, sendo defeso ao representante outorgado o direito de ser votado, exceto se o nome deste constar do Contrato Social ou Estatuto como Administrador.

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A. ATUA NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025

Núcleo Engenharia Consultiva S.A. Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2025

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2025

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de março de 2025

Saneamento de Orândia SPE S.A.

CNPJ nº 45.405.083/0001-37
 Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais			
Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.368	560
Contas a Receber e Outros Recebíveis	8	4.549	4.590
Estoques	9	1.606	1.079
Impostos a recuperar		76	9
Adiantamentos a fornecedores		215	66
Total do ativo circulante		7.814	6.304
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.855	840
Intangível	11	62.332	56.774
Total do ativo não circulante		64.187	57.614
Total do ativo		72.001	63.918

Demonstração do Resultado do Exercício			
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais			
	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida		24.366	21.248
Custo dos serviços prestados			
Custos diretos		(7.069)	(10.212)
Custos indiretos		(7.396)	(10.697)
Resultado Bruto		9.901	339
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(4.207)	(206)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas			
Receitas financeiras	19	338	111
Despesas financeiras	19	(6.099)	(288)
Resultado financeiro líquido		(5.761)	(177)
Resultado antes dos impostos		(67)	(44)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(28)
Resultado do exercício		(67)	(72)
Demonstração do Resultado Abrangente		2024	2023
Resultado do período		(67)	(72)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado do período		(67)	(72)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais			
	2024	2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(67)	(72)	
Resultado do período	(67)	(72)	
Depreciação e amortização	2.052	1.430	
	1.985	1.358	
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais			
Contas a receber e outros recebíveis	38	(191)	
Impostos a recuperar	(67)	(4)	
Adiantamentos a fornecedores	(149)	122	
Estoques	(527)	(619)	
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais			
Contas a pagar	68	293	
Obrigações trabalhistas	63	194	
Obrigações tributárias	48	68	
Adiantamento de clientes	28	18	
Provisão para contingências	44	-	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.530	1.239	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimo	7.903	31.883	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	7.903	31.883	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(1.258)	(7.403)	
Aquisição de intangível	(7.367)	(25.900)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(8.625)	(33.303)	
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	808	(181)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	560	741	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.368	560	
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	808	(181)	

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A Saneamento de Orândia S.A. é uma sociedade anônima, constituída no dia 15 de fevereiro de 2023, com sede localizada na Rua 10, nº 350, Centro, CEP 14.620-000, Orândia – SP. A Companhia tem por objeto social exclusivamente a execução dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no município de Orândia, estado de São Paulo, incluindo prestação de serviços complementares que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no termos do "Edital de Licitação da Concorrência Pública nº001/2020" e de "Contrato de concessão". A Companhia foi constituída com propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no município de Orândia – SP. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, mas será, no mínimo, o prazo necessário para o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato de concessão.

com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **c) Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **d) Ativos de contrato:** Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação. A norma estabelece que uma Companhia deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a Companhia reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **e) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. **g) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para Companhia listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2025.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado nestas informações. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto corrente:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Principais assuntos de auditoria - Capitalização de gastos no ativo intangível:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado ativo intangível da concessão no montante de R\$ 48.198 mil, o qual é representado pela infraestrutura da concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica IPCP 01 (R1) - Contratos de Concessão/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Houve capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 7.053 mil. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: Avaliamos o processo de transferência do intangível para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração

é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunta, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. **h) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **i) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **k) Custos de empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

	2024	2023
7 Caixas e Equivalentes de Caixa		
Bancos conta corrente	1.368	560
	<u>1.368</u>	<u>560</u>
8 Contas a Receber e Outros Recebíveis		
Clientes - Residencial	3.580	2.711
Clientes - Comercial	487	386
Clientes - Industrial	345	1.431
Clientes - Inst. Públicas	137	63
	<u>4.549</u>	<u>4.590</u>
9 Estoques		
Estoque de materiais	1.606	1.079
	<u>1.606</u>	<u>1.079</u>

	2024	2023	%		
10 Imobilizado					
	Depreciação acumulada		Taxas anuais de depreciação		
Equipamento de campo	1.578	355	1.223	603	20
Móveis e utensílios	365	7	358	23	10
Veículos	150	35	115	91	20
Computadores e periféricos	214	55	159	123	20
	<u>2.307</u>	<u>452</u>	<u>1.855</u>	<u>840</u>	
O imobilizado movimentou-se como segue:					
Descrição	2023	Adições	2024		
Custo					
Equipamento de campo	746	832	1.578		
Móveis e utensílios	26	339	365		
Veículos	102	48	150		
Computadores e periféricos	142	72	214		
	<u>1.016</u>	<u>1.291</u>	<u>2.307</u>		

	2024	2023	%		
Depreciação acumulada					
Equipamento de campo	(143)	(212)	(355)		
Móveis e utensílios	(3)	(4)	(7)		
Veículos	(11)	(24)	(35)		
Computadores e periféricos	(19)	(36)	(55)		
	<u>(176)</u>	<u>(276)</u>	<u>(452)</u>		
Imobilizado líquido	840	1.015	1.855		
11 Intangível					
	Amortização acumulada		Taxas anuais de amortização (*)		
Outorga Fixa (*)	51.550	3.352	48.198	49.693	2,86
	<u>51.550</u>	<u>3.352</u>	<u>48.198</u>	<u>49.693</u>	
Intangível IPCP 01 (R1) / IFRIC 12					
	Amortização acumulada		Taxas anuais de amortização (*)		
Rede de água	11.907	375	11.532	6.644	2,86
Rede de esgoto	810	5	805		2,86
Estação tratamento água	1.227	17	1.210	214	2,86
Estação tratamento esgoto	603	16	587	223	2,86
	<u>14.547</u>	<u>413</u>	<u>14.134</u>	<u>7.081</u>	
Totais	66.097	3.765	62.332	56.774	

(*) Refere-se à outorga fixa paga em decorrência do contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão. **Amortização:** A amortização do ativo intangível registrado na rubrica intangível IPCP 01 (R1), refere-se exclusivamente

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

	2024	2023
12 Fornecedores		
Fornecedores nacionais	1.470	1.402
	<u>1.470</u>	<u>1.402</u>
13 Obrigações Trabalhistas		



Giant Steps Empreendimentos S.A.

CNPJ 22.261.981/0001-63

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.984	39.925	7.247	43.391
Aplicações financeiras	-	11.193	-	11.193
Contas a receber de clientes	-	-	1.467	2.135
Impostos e contribuições a recuperar	76	14	321	259
Outros créditos	73	162	103	260
Total do ativo circulante	6.133	51.294	9.138	57.238
Não circulante				
Partes relacionadas	3.701	9.843	-	-
Investimento em controladas	608	229	-	-
Imobilizado	673	1.120	715	1.200
Total do ativo não circulante	4.982	11.192	715	1.200
Total do ativo	11.115	62.486	9.853	58.438

Balancos Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	292	491	292	491
Salários e encargos sociais	499	2.999	499	2.999
Impostos e contribuições a recolher	209	448	526	874
Dividendos a pagar	1.478	-	1.478	-
Outros passivos circulantes	-	29	-	29
Total do passivo circulante	2.478	3.967	2.795	4.393
Não circulante				
Provisão para patrimônio líquido negativo em controladas	1.579	4.459	-	-
Total do passivo não circulante	1.579	4.459	-	-
Total do passivo	4.057	8.426	2.795	4.393
Patrimônio líquido				
Capital social	6.895	54.895	6.895	54.895
Reserva de lucros	163	2.257	163	2.257
Prejuízos acumulados	-	(3.092)	-	(3.092)
Total do patrimônio líquido	7.058	54.060	7.058	54.060
Participação de não controladores	-	-	-	(15)
Total do patrimônio líquido	7.058	54.060	7.058	54.045
Total do passivo e do patrimônio líquido	11.115	62.486	9.853	58.438

Demonstrações do Resultado Abrangente				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Líquida	-	-	15.567	31.800
Custo dos serviços prestados	-	-	(7.277)	(18.867)
Lucro operacional bruto	-	-	8.290	12.933
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(576)	(488)	(5.605)	(17.500)
Depreciação	(470)	(513)	(508)	(568)

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	1.108	1.108
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	2.188	(4.257)	2.177	(4.027)
Receitas financeiras	3.304	7.082	3.777	7.734
Despesas financeiras	(220)	(402)	(226)	(424)
Resultado financeiro líquido	3.084	6.680	3.551	7.310
Lucro antes do imposto	5.272	2.423	5.728	3.283

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.177)	(1.936)	(1.618)	(2.808)
Lucro líquido do exercício	4.095	487	4.110	475

Demonstrações do Resultado				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	3.234	(4.364)	-	-
Imposto de renda e contribuição social				



Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023									
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)									
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.791	3.467	Arrendamento		21	15		
Aplicações financeiras	8	22.165	11.287	Fornecedores	12	4.088	2.024		
Ativo da concessão	5	51.549	49.908	Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	2.188	797		
Tributos e contribuições a compensar	10.1	888	77	Dividendos a pagar	15	18.166	7.072		
Despesas pagas antecipadamente		245	277	Encargos regulatórios a recolher	11	46	218		
		86.638	65.016	Partes relacionadas	20	446	1.715		
				Contas a pagar	13	33.998	24.576		
						58.953	36.417		
Não circulante				Não circulante					
Realizável a longo prazo				Arrendamento		92	93		
Ativo da concessão	5	584.262	544.008	Provisões para demandas judiciais	14	672	702		
Estoques		4.009	–	PIS e COFINS diferidos	6	22.974	21.409		
Outros ativos		17	–	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(b)	19.386	18.065		
		588.288	544.008	Encargos regulatórios a recolher	11	305	118		
Imobilizado	9	209	136			43.429	40.387		
Intangível		–	1						
		209	137						
		588.497	544.145						
Total do ativo		675.135	609.161	Total do passivo e do patrimônio líquido		675.135	609.161		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)									
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2022		334.310	8.377	119.129	39.786	–	501.602		
Integralização de capital	15 (a)	8.049	–	–	–	–	8.049		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	29.777	29.777		
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	15 (c)	–	1.488	–	–	(1.488)	–		
Constituição de retenção de lucros		–	–	21.218	–	(21.218)	–		
Dividendos obrigatórios	15 (c)	–	–	–	–	(7.071)	(7.071)		
Em 31 de dezembro de 2023		342.359	9.865	140.347	39.786	–	532.357		
Dividendos intermediários		–	–	–	(17.928)	–	(17.928)		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	76.490	76.490		
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	15 (c)	–	3.825	–	–	(3.825)	–		
Constituição de retenção de lucros	15 (c)	–	–	54.499	–	(54.499)	–		
Dividendos obrigatórios	15 (c)	–	–	–	–	(18.166)	(18.166)		
Em 31 de dezembro de 2024		342.359	13.690	194.846	21.858	–	572.753		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Revisão Tarifária Periódica	Receita Anual Permitida - RAP
1. Contexto Operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica Itaipunas S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA BRASIL", "controladora") (denominada anteriormente como CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), constituída em 13 de janeiro de 2017, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. 1.2 Concessões: A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:		
2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações,		

	Diretoria	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacomini Isolani	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann
Rui Chammas Diretor Presidente	Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos	Silvia Diniz Wada Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Cláudio Hernan Domingorena Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Bruno Giacomini Isolani Diretor Executivo de Operações
				Contadora Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.



Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023									
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)									
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	125.858	92.350	Arrendamento		186	129		
Aplicações financeiras	8	54.122	47.879	Fornecedores	11	177.935	260.201		
Ativo da concessão	5	346.636	331.207	Debêntures	6	102.498	91.100		
Tributos e contribuições a compensar		7.724	6.498	Partes relacionadas	22	2.091	2.344		
Partes relacionadas	22	860	860	Dividendos a pagar	16 (b)	48.770	46.402		
Despesas pagas antecipadamente		218	275	Tributos e encargos sociais a recolher	12	5.785	5.188		
		535.418	479.069	Encargos regulatórios a recolher	13	364	358		
				Obrigações trabalhistas		–	74		
						337.629	405.796		
Não circulante				Não circulante					
Realizável a longo prazo				Fornecedores	11	2.933	2.935		
Ativo da concessão	5	3.905.710	3.777.644	Arrendamento		657	542		
Fundos vinculados	6.1.5	118.705	108.148	Debêntures	6	2.183.217	2.176.816		
Estoques		–	35	Encargos regulatórios a recolher	13	2.360	1.158		
Depósitos judiciais		3.402	3.237	Provisões para demandas judiciais	14	32.955	24.103		
		4.027.817	3.889.064	PIS e COFINS diferidos	15	389.224	376.257		
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	430.797	369.467		
						3.042.143	2.951.278		
Imobilizado	9	4.142	773						
Intangível	10	70	–	Patrimônio líquido					
		4.212	773	Capital social	16 (a)	315.000	315.000		
		4.032.029	3.889.837	Reservas e retenção de lucros	16 (c)	872.675	696.832		
						1.187.675	1.011.832		
Total do ativo		4.567.447	4.368.906	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.567.447	4.368.906		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)									
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva e retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
Em 31 de dezembro de 2022		315.000	27.398	–	520.459	–	862.857		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	195.377	195.377		
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	16 (c)	–	9.769	–	–	(9.769)	–		
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	–	–	–	139.206	(139.206)	–		
Dividendos obrigatórios	16 (b)	–	–	–	–	(46.402)	(46.402)		
Em 31 de dezembro de 2023		315.000	37.167	–	659.665	–	1.011.832		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	230.612	230.612		
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	16 (c)	–	11.531	–	–	(11.531)	–		
Constituição de retenção de lucros	16 (c)	–	–	–	21.988	(21.988)	–		
Constituição de reserva de lucros a realizar	16 (c)	–	–	142.324	–	(142.324)	–		
Juros sobre capital próprio	16 (b)	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)		
Dividendos obrigatórios	16 (b)	–	–	–	–	(14.769)	(14.769)		
Em 31 de dezembro de 2024		315.000	48.698	142.324	681.653	–	1.187.675		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Revisão Tarifária Periódica	Receita Anual Permitida - RAP
1. Contexto operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA"), anteriormente denominada CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), constituída em 17 de maio de 2017, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. 1.2 Concessões: A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:		
2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronomiamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2025.		

	Diretoria	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacomini Isolani	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann
Rui Chammas Diretor Presidente	Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos	Silvia Diniz Wada Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Cláudio Hernan Domingorena Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Bruno Giacomini Isolani Diretor Executivo de Operações
				Contadora Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.



Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023									
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)									
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023		
Ativo				Passivo					
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	1.605	3.198	Arrendamento		6	5		
Aplicações Financeiras	8.2	880	2.812	Fornecedores		175	10		
Ativo da concessão	5.3	29.227	26.914	Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	356	330		
Tributos e contribuições a compensar	10.1	12	26	Encargos Regulatórios	11.2	76	211		
Despesas Pagas Antecipadamente		98	32	Dividendos a Pagar	13.2.2	6.971	2.706		
Outros ativos		85	–	Outros passivos		337	259		
		31.907	32.982			7.921	3.521		
Não circulante				Não circulante					
Realizável a longo prazo				Arrendamento		26	29		
Ativo da concessão	5.3	207.527	208.693	Encargos Regulatórios	11.2	233	127		
		207.527	208.693	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	5.783	5.701		
				PIS e COFINS diferidos	6.2	6.972	6.888		
						13.014	12.745		
Imobilizado	9.2	30	33	Patrimônio líquido					
		30	33	Capital social	13.1	159.864	159.864		
		207.557	208.726	Reserva e retenção de lucros	13.3	58.665	65.578		



Interligação Elétrica Pinheiros S.A.

CNPJ/MF nº 10.260.820/0001-76

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023										
Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)										
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023	Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)		
Ativo				Passivo				Notas	2024	2023
Circulante				Circulante				Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	512	465	Arrendamento		5	4			
Aplicações financeiras	8.1	1.994	1.863	Fornecedores		115	90			
Ativo da concessão	5.3	6.457	6.798	Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	145	186			
Estoques		1.078	1.090	Encargos regulatórios a recolher	11.2	62	72			
Tributos e contribuições a compensar	10.1	278	305	Partes relacionadas	18	57	44			
Despesas pagas antecipadamente		54	16	Dividendos a pagar	19	8.854	3.241			
Créditos com partes relacionadas	18	7.709	7.709	Outros passivos		1.616	1.676			
Outros ativos		1.384	102			10.854	5.313			
		19.466	18.348	Não circulante						
Não circulante				Arrendamento		20	22			
Realizável a longo prazo				PIS e COFINS diferidos	6.2	2.525	2.483			
Ativo da concessão	5.3	58.986	57.569	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	2.054	2.018			
Estoques		2.534	2.486	Encargos regulatórios a recolher	11.2	436	403			
Outros ativos		46	283	Provisões para demandas judiciais	12	154	142			
		61.566	60.338	Patrimônio líquido		5.189	5.068			
Imobilizado	9	64	73	Capital social	13.1	20.885	20.885			
		64	73	Reservas e retenção de lucros	13.2	44.168	47.493			
		61.630	60.411			65.053	68.378			
Total do ativo		81.096	78.759	Total do passivo e do patrimônio líquido		81.096	78.759			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)											
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva e retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)				
Em 31 de dezembro de 2022		19.685	2.510	37.522	-	59.717		2024	2023		
Integralização de capital	13.1	1.200	-	-	-	1.200					
Dividendos intermediários		-	-	(2.945)	-	(2.945)					
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.647	13.647					
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	13.1	-	682	-	-	(682)					
Constituição de retenção de lucros	13.1	-	-	9.724	-	(9.724)					
Dividendos obrigatórios	13.1	-	-	-	-	(3.241)	(3.241)				
Em 31 de dezembro de 2023		20.885	3.192	44.301	-	68.378		2024	2023		
Dividendos intermediários		-	-	(9.760)	-	(9.760)					
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.439	8.439					
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	13.1	-	422	-	-	(422)					
Constituição de retenção de lucros	13.1	-	-	6.013	-	(6.013)					
Dividendos obrigatórios	13.1	-	-	-	-	(2.004)	(2.004)				
Em 31 de dezembro de 2024		20.885	3.614	40.554	-	65.053		2024	2023		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA BRASIL", "controladora") (denominada anteriormente como CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), constituída em 22 de julho de 2008, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. **1.2 Concessões:** A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo Próxima	Índice de correção	R\$ mil	Mês base
018/2008	30	15.10.38	5 anos	2029	IPCA	7.430

2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

Rui Chammas	Dayron Esteban Urrego Moreno	Diretoria	Silvia Diniz Wada	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacominí Isolani	Contadora
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Diretor Executivo de Operações	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.

Interligação Elétrica Riacho Grande S.A.

CNPJ/MF nº 32.578.606/0001-03

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023										
Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)										
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023	Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)		
Ativo				Passivo				Notas	2024	2023
Circulante				Circulante				Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	256	443	Arrendamento		6	10			
Aplicações Financeiras	8	19	13	Instrumentos financeiros derivativos	19	-	25.926			
Instrumentos financeiros derivativos	19	778	-	Fornecedores	11	8.591	1.264			
Outros ativos		15	5	Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.284	142			
		1.068	461	Partes relacionadas	18	396	256			
Não circulante				Outros passivos		390	-			
Ativo da concessão	5	585.024	200.621			10.667	27.598			
Outros ativos		53	-	Não circulante						
		585.077	200.621	Arrendamento		27	56			
Imobilizado	9	38	73	Instrumentos financeiros derivativos	19	-	880			
		38	73	Provisão para demandas judiciais	12.2	239	28			
		38	73	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	17.944	5.353			
				PIS e COFINS diferidos	6.3	21.353	7.323			
						39.563	13.640			
Total do ativo		586.183	201.155	Patrimônio líquido						
				Capital social	13.1	521.467	179.147			
				Reservas e retenção de lucros	13.2	13.506	6.268			
				Outros resultados abrangentes	13.3	980	(25.498)			
						535.953	159.917			
				Total do passivo e patrimônio líquido		586.183	201.155			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)											
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva lucros a realizar	Reserva retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros prejuízos acumulados	Total	Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)		
Em 31 de dezembro de 2022		105.150	-	-	-	(3.508)	(6.503)	95.139		2024	2023
Integralização de capital	13.1	73.997	-	-	-	-	-	73.997			
Ajuste de instrumento financeiro, líquido	13.3	-	-	-	-	(21.990)	-	(21.990)			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.771	12.771			
Destinação do lucro:											
Constituição de retenção de lucros	13.2	-	-	-	4.466	-	(4.466)	-			
Constituição de reserva legal	13.2	-	313	-	-	-	(313)	-			
Constituição da reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	1.489	-	-	(1.489)	-			
Em 31 de dezembro de 2023		179.147	313	1.489	4.466	(25.498)	-	159.917		2024	2023
Integralização de capital	13.1	342.320	-	-	-	-	-	342.320			
Ajuste de instrumento financeiro, líquido	13.3	-	-	-	-	26.478	-	26.478			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.238	7.238			
Destinação do lucro:											
Constituição de retenção de lucros	13.2	-	-	-	5.157	-	(5.157)	-			
Constituição de reserva legal	13.2	-	362	-	-	-	(362)	-			
Constituição da reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	1.719	-	-	(1.719)	-			
Em 31 de dezembro de 2024		521.467	675	3.208	9.623	980	-	535.953		2024	2023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: 1.1. Objeto social: A Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado, controlada pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA BRASIL", "controladora") (denominada anteriormente como CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), constituída em 17 de dezembro de 2020, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. **1.2. Concessões:** A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo Próxima	Índice de correção	R\$ mil	Mês base
005/2021	30	30.03.51	5 anos	2026	IPCA	88.407

2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

Rui Chammas	Dayron Esteban Urrego Moreno	Diretoria	Silvia Diniz Wada	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacominí Isolani	Contadora
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Diretor Executivo de Operações	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.

Tibagi - Interligação Elétrica Tibagi S.A.

CNPJ/MF nº 27.967.152/0001-14

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023										
Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)										
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023	Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)		
Ativo				Passivo				Notas	2024	2023
Circulante				Circulante				Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	588	1.909	Arrendamento		12	10			
Aplicações Financeiras	8.2	12	17.800	Fornecedores	10	3.762	124			
Ativo da concessão	5.3	23.027	23.042	Parcela de ajuste	16.5	-	3.384			



ENERGIA

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A.

CNPJ/MF nº 10.960.725/0001-85

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)							Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)				
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Notas	2024	2023	
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	227	2.701	Arrendamento	-	15	12	Receita operacional líquida	14.3	75.069	61.825
Aplicações financeiras	8.2	6.224	5.242	Fornecedores	-	176	129	Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	15	(12.842)	(7.019)
Ativo da concessão	5.3	50.623	46.365	Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	646	649	Lucro bruto		62.227	54.806
Estoques	-	714	714	Encargos regulatórios a recolher	11.2	56	84	Receitas (Despesas) operacionais			
Tributos e contribuições a compensar	10.1	21	34	Dividendos a Pagar	13.2	14.293	12.643	Gerais e administrativas e honorários da administração	15	(644)	(676)
Despesas Pagas Antecipadamente	-	185	40	Partes relacionadas	18	271	224	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(15)	(174)
Outros ativos	-	1.379	134	Outros passivos	-	1.199	581			(659)	(850)
		59.373	55.230			16.656	14.322				
Não circulante				Não circulante				Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		61.568	53.956
Realizável a longo prazo				Arrendamento	-	63	67	Receitas financeiras	16	1.164	2.071
Ativo da concessão	5.3	440.557	422.927	PIS e COFINS diferidos	6.3	17.764	16.939	Despesas financeiras	16	(80)	(60)
Estoques	-	929	1.342	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	15.011	14.315			1.084	2.011
Outros ativos	-	74	271	Encargos regulatórios a recolher	11.2	722	524			62.652	55.967
		441.560	424.540	Provisão para demandas judiciais	12.2	5	61				
Imobilizado	9.2	93	99			33.565	31.906	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Intangível	-	8	12					Imposto de renda e contribuição social			
		101	111	Patrimônio líquido				Corrente	17.2	(2.146)	(2.461)
		441.661	424.651	Capital social	13.1	89.985	89.985	Diferido	17.2	(696)	(273)
		501.034	479.881	Reservas e retenção de lucros	13.3	360.828	343.668			(2.842)	(2.734)
										59.810	53.233
				Total do passivo e do patrimônio líquido						0,68467	0,59158
						501.034	479.881				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)							
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas e retenção de lucros Reserva especial de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022		82.485	12.697	165.146	157.142	-	417.470
Integralização de capital	13.1	7.500	-	-	-	-	7.500
Dividendos intermediários	13.2	-	-	(31.908)	-	-	(31.908)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.233	53.233
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	13.2.2	-	2.662	-	-	(2.662)	-
Constituição de retenção de lucros	13.2.2	-	-	47.173	-	(47.173)	-
Realização da reserva especial de lucros a realizar	13.2.2	-	-	-	(9.244)	9.244	-
Dividendos obrigatórios	13.2.2	-	-	-	-	(12.642)	(12.642)
Em 31 de dezembro de 2023		89.985	15.359	180.411	147.898	-	433.653
Dividendos intermediários	13.2	-	-	(28.357)	-	-	(28.357)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	59.810	59.810
Destinação do lucro:							
Constituição da reserva legal	13.2.2	-	2.638	-	-	(2.638)	-
Constituição de retenção de lucros	13.2.2	-	-	52.123	-	(52.123)	-
Realização da reserva especial de lucros a realizar	13.2.2	-	-	-	(9.244)	9.244	-
Dividendos obrigatórios	13.2.2	-	-	-	-	(14.293)	(14.293)
Em 31 de dezembro de 2024		89.985	17.997	204.177	138.654	-	450.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado em São Paulo, controlada pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA BRASIL", "controladora") (denominada anteriormente como CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), constituída em 13 de dezembro de 2006, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. **1.2 Concessões:** A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo Próxima	Índice de correção	R\$ mil	Mês Base
026/2009	30	18.11.39	5 anos	2025	IPCA 55.322	06/24

2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

Rui Chammas	Dayron Esteban Urrego Moreno	Silvia Diniz Wada	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacomini Isolani	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Diretor Executivo de Operações	CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.



ENERGIA

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)							Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)				
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Notas	2024	2023	
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	6.987	263	Arrendamento	-	96	80	Receita operacional líquida	16.3	99.005	154.021
Aplicações financeiras	8.2	14.661	7.657	Fornecedores	10	1.007	2.846	Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	17	(39.434)	(150.702)
Ativo da concessão	5.3	49.365	42.437	Tributos e encargos sociais a recolher	12.2	3.987	2.886	Lucro bruto		59.571	3.319
Estoques	-	1.899	1.440	Encargos regulatórios a recolher	13.2	52	55	Receitas (Despesas) operacionais			
Tributos e contribuições a compensar	12.1	109	13	Partes relacionadas	20	1.208	701	Gerais e administrativas e honorários da administração	17	(1.673)	(651)
Despesas pagas antecipadamente	-	377	170	Provisões	11	5.634	-	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	997	2.918
Outros ativos	-	450	10	Dividendos a pagar	15.2.2	7.765	-			(676)	2.267
		73.848	51.990	Outros passivos	-	-	309			58.895	5.586
Não circulante						19.749	6.877	Lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro			
Realizável a longo prazo				Não circulante				Receitas financeiras	18	1.661	711
Ativo da concessão	5.3	566.489	520.734	Arrendamento	-	372	402	Despesas financeiras	18	(124)	(211)
Estoques	-	321	245	PIS e COFINS diferidos	6.2	22.260	20.341			1.537	500
		566.810	520.979	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	18.836	17.217	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		60.432	6.086
Imobilizado	9.2	534	564	Encargos regulatórios a recolher	13.2	232	101	Imposto de renda e contribuição social			
		534	564	Provisões para demandas judiciais	14.2	1.241	1.496	Corrente	19.2	(2.145)	(1.438)
		567.344	521.543			42.941	39.557	Diferido	19.2	(1.619)	(3.747)
		641.192	573.533	Patrimônio líquido						(3.764)	(5.185)
				Capital social	15.1	553.573	551.073			56.668	901
				Reserva e retenção de lucros	15.2.3	24.929	-			0,10237	0,00164
				Prejuízo acumulado	15.2.2	-	(23.974)				
						578.502	527.099				
				Total do passivo e do patrimônio líquido		641.192	573.533				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reservas de lucros Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022		428.907	-	-	(24.875)	404.032
Integralização de capital	15.1	122.166	-	-	-	122.166
Lucro líquido do exercício	15.2.2	-	-	-	901	901
Em 31 de dezembro de 2023		551.073	-	-	(23.974)	527.099
Integralização de capital	15.1	2.500	-	-	-	2.500
Lucro líquido do exercício	15.2.2	-	-	-	56.668	56.668
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	15.2.2	-	1.635	-	(1.635)	-
Constituição de retenção de lucros	15.2.2	-	-	23.294	(23.294)	-
Dividendos obrigatórios	15.2.2	-	-	-	(7.765)	(7.765)
Em 31 de dezembro de 2024		553.573	1.635	23.294	-	578.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital privado em São Paulo, controlada pela ISA ENERGIA BRASIL ("ISA ENERGIA BRASIL", "controladora") (denominada anteriormente como CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), constituída em 13 de dezembro de 2006, focada na transmissão de energia elétrica. A administração confirma a capacidade de continuidade operacional da empresa, com demonstrações financeiras preparadas com base nesse pressuposto. **1.2 Concessão:** A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo Próxima	Índice de correção	R\$ mil	Mês base
004/2007 (i)	30	23.04.37	5	2027	IPCA 13.167	06/24
007/2020 (ii)	30	20.03.50	5	2025	IPCA 40.474	06/24

2. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

Rui Chammas	Dayron Esteban Urrego Moreno	Silvia Diniz Wada	Cláudio Hernan Domingorena	Bruno Giacomini Isolani	Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann
Diretor Presidente	Diretor Executivo de Projetos	Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Diretor Executivo de Operações	CRC: SC-029044/O-0

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>.



ENERGIA

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)							Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)			
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Notas	2024	2023
Circ										



Itapura - Interligação Elétrica Itapura S.A.

CNPJ/MF nº 27.819.377/0001-23

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023											
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.											
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)					Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)						
Ativo Circulante	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	618	871	Arrendamento		11	8	Receita operacional líquida	17.3	49.027	37.732
Aplicações financeiras	8.2	5.850	2.697	Encargos regulatórios a recolher	11.2	20	22	Custo de implementação da infraestrutura e operação e manutenção	18	(26.191)	(15.414)
Ativo da concessão	5.3	17.606	15.184	Fornecedores	14	89	1.497	Lucro bruto		22.836	22.318
Estoques	12.2	2.388	2.388	Tributos e encargos sociais a recolher	10.2	340	422	Despesas operacionais			
Tributos e contribuições a compensar	10.1	19	26	Dividendos a pagar	16.2	4.636	5.128	Despesas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	17.7	(1.489)	-
Despesas pagas antecipadamente		228	136	Contas a pagar	13	271	2.172	Gerais e administrativas	18	(518)	(456)
Outros ativos		14	201			5.367	9.249	Outras Receitas/Despesas Operacionais		(59)	(48)
		26.723	21.503	Não circulante						(2.066)	(504)
Não circulante				Arrendamento		47	47	Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		20.770	21.814
Realizável a longo prazo				Encargos regulatórios a recolher	11.2	275	214	Receitas financeiras	19	542	1.553
Ativo da concessão	5.3	200.495	177.879	PIS e COFINS diferidos	6.2	7.838	6.918	Despesas financeiras	19	(103)	(54)
Estoques	12.2	1	5	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	6.646	5.870			439	1.499
Outros ativos		227	-			14.806	13.049	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.209	23.313
		200.723	177.884	Patrimônio líquido				Imposto de renda e contribuição social			
Imobilizado	9.2	52	52	Capital social	16.1	121.437	106.137	Correntes	20.2	(914)	(1.219)
Intangível		-	1	Reserva e retenção de lucros	16.3	85.888	71.005	Diferidos	20.2	(776)	(512)
		52	53			207.325	177.142			(1.690)	(1.731)
		200.775	177.937	Total do passivo e do patrimônio líquido				Lucro líquido do exercício		19.519	21.582
Total do ativo		227.498	199.440			227.498	199.440	Lucro por ação		0,16073	0,20334
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)											
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total				
Em 31 de dezembro de 2022		106.137	6.206	55.861	55.861	-	168.204				
Dividendos intermediários		-	-	(7.516)	(7.516)	-	(7.516)				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.582	21.582				
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	16.2.2	-	1.078	-	-	(1.078)	-				
Constituição de retenção de lucros	16.2.2	-	-	15.376	-	(15.376)	-				
Dividendos obrigatórios	16.2.2	-	-	(5.128)	-	(5.128)	-				
Em 31 de dezembro de 2023		106.137	7.284	63.721	63.721	-	177.142				
Integralização de capital	16.1	15.300	-	-	-	-	15.300				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.519	19.519				
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	16.2.2	-	976	-	-	(976)	-				
Constituição de retenção de lucros	16.2.2	-	-	13.907	-	(13.907)	-				
Dividendos obrigatórios	16.2.2	-	-	(4.636)	-	(4.636)	-				
Em 31 de dezembro de 2024		121.437	8.260	77.628	77.628	-	207.325				
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>

Itaquere - Interligação Elétrica Itaquere S.A.

CNPJ/MF nº 27.966.089/0001-00

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023											
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.											
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)					Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)						
Ativo Circulante	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Notas	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	57	227	Arrendamento		15	12	Receita operacional líquida	15.3	76.768	77.933
Aplicações financeiras	8.2	32	9.309	Fornecedores		105	90	Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(3.580)	(3.364)
Ativo da concessão	5.3	55.452	53.292	Tributos e encargos sociais a recolher	11.2	466	595	Lucro bruto		73.188	74.569
Estoques	10	675	5.862	Encargos regulatórios a recolher	12.2	51	107	(Despesas) receitas operacionais			
Tributos e contribuições a compensar	11.1	64	79	Dividendos a pagar	14.2	16.799	16.656	Despesas - Revisão Tarifária Periódica	-	(71)	(2.441)
Despesas pagas antecipadamente		718	253	Partes relacionadas	20	225	181	Gerais e administrativas	16	(692)	(692)
Outros ativos		-	322	Outros passivos		3	539	Outras Receitas/Despesas Operacionais		-	(6)
		56.998	69.344			17.664	18.180			(763)	(3.139)
Não circulante				Não circulante				Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		72.425	71.430
Realizável a longo prazo				Arrendamento		65	69	Receitas financeiras	17	1.378	1.904
Ativo da concessão	5.3	611.095	593.471	PIS e COFINS diferidos	6.2	24.116	23.381	Despesas financeiras	17	(146)	(144)
Estoques	10	6.005	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	20.360	19.740			1.232	1.760
Outros ativos		385	-	Encargos regulatórios a recolher	12.2	799	564	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.657	73.190
		617.485	593.471			45.340	43.754	Imposto de renda e contribuição social			
Imobilizado	9.2	74	80	Patrimônio líquido				Corrente	18.2	(2.302)	(2.590)
Intangível		-	1	Capital social	14.1	206.096	206.096	Diferido	18.2	(620)	(471)
		74	81	Reservas e retenção de lucros	14.3	405.457	394.866			(2.922)	(3.061)
		617.559	593.552			611.553	600.962	Lucro líquido do exercício		70.735	70.129
Total do ativo		674.557	662.896	Total do passivo e do patrimônio líquido				Lucro por ação		0,34321	0,34027
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)											
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas e retenção de lucros	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total				
Em 31 de dezembro de 2022		206.096	22.804	324.767	324.767	-	553.667				
Dividendos adicionais	14.3 (ii)	-	-	(6.178)	(6.178)	-	(6.178)				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.129	70.129				
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	14.3	-	3.506	-	-	(3.506)	-				
Constituição de retenção de lucros	14.3	-	-	49.967	-	(49.967)	-				
Dividendos obrigatórios	14.2	-	-	(16.656)	-	(16.656)	-				
Em 31 de dezembro de 2023		206.096	26.310	368.556	368.556	-	600.962				
Dividendos adicionais	14.3 (ii)	-	-	(43.345)	-	(43.345)	-				
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.735	70.735				
Destinação do lucro:											
Constituição da reserva legal	14.3	-	3.537	-	-	(3.537)	-				
Constituição de retenção de lucros	14.3	-	-	50.399	-	(50.399)	-				
Dividendos obrigatórios	14.2	-	-	(16.799)	-	(16.799)	-				
Em 31 de dezembro de 2024		206.096	29.847	375.610	375.610	-	611.553				
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., devidamente acompanhadas de parecer, encontram-se à disposição na sede da sociedade e no endereço eletrônico <https://ri.isaenergiabrasil.com.br/> e publicados no <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>

Interligação Elétrica Jaguar 9 S.A.

CNPJ/MF nº 32.318.903/0001-01

Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro 2023											
Relatório da Administração: Senhores acionistas encontram-se à disposição às demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.											
Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)					Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)						
Ativo Circulante	Nota	2024	2023	Passivo Circulante	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	
Caixa e equivalentes de caixa	7.2	15.241	4.057	Arrendamento		22	6	Receita operacional líquida	14.3	128.659	106.807
Aplicações financeiras	8.2	5.923	7.272	Fornecedores	9	7.069	5.979	Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	15	(45.168)	(20.559)
Ativo da concessão	5.3	63.045	62.680	Tributos e encargos sociais a recolher	11.2	1.704	788	Lucro bruto		83.491	86.248
Estoques	11.1	70	32	Encargos regulatórios	12.2	129	449	(Despesas) Receitas operacionais			
Tributos e contribuições a compensar		275	95	Dividendos a pagar	13.2	22.938	20.686	Receitas - Revisão Tarifária Periódica, líquidas	16	17.090	-
Despesas pagas antecipadamente		31	1	Partes relacionadas	19	1.228	161	Gerais e administrativas	15	(664)	(250)
Outros ativos		-	1	Outros passivos		2.684	-	Outras despesas (receitas) operacionais		9	(3)
		84.585	74.137			35.774	28.069			16.435	(253)
Não circulante				Não circulante				Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		99.926	85.995
Realizável a longo prazo				Arrendamento		95	36	Receitas financeiras	17	2.238	1.776
Ativo da concessão	5.3	530.633	454.751	Encargos Regulatórios	12.2	484	256	Despesas financeiras	17	(157)	(60)
Estoques		388	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	18.084	15.715			2.081	1.716
		531.021	454.751	PIS e COFINS diferidos	6.2	21.476	18.690	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		102.007	87.711
Imobilizado	10.2	112	41	Patrimônio líquido				Imposto de renda e contribuição social			
Intangível		112	41	Capital social	13.1	202.438	202.438	Corrente	18.2	(3.058)	(2.481)
		531.133	454.792	Reserva e retenção de lucros	13.3	337.367	263.725	Diferido	18.2	(2.369)	(1.542)
		615.718	528.929			539.805	466.163			(5.427)	(4.023)
Total do ativo		615.718	528.929	Total do passivo e patrimônio líquido				Lucro líquido do exercício		96.580	



Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ: 04.997.635/0001-20

Senhores Acionistas, A Administração da **Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** ("Porto de Vitória" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia não registrou lucros ou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Apesar disso, a Diretoria enfatiza que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Ademais, possui apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo adimplidos por meio de recursos próprios. Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 ("Res. CVM 162"), informamos que a empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Ressaltamos que a Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda não prestou nenhum outro serviço para a Porto de Vitória além de auditoria externa e nem possui qualquer outro tipo de vínculo com a Companhia ou com seus administradores.

São Paulo, 21 de março de 2025.
Atenciosamente,
Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Vincius Bernardo Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores			
Eu, Vincius Bernardo Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Camilã Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.			

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	85	1
Receíveis	4	150.003	
Impostos a recuperar		6	3
Adiantamento a fornecedores		-	13
Total do ativo circulante		150.094	17
Ativo não circulante			
Receíveis	4	-	127.619
Total do ativo não circulante		-	127.604
Total do ativo		150.094	127.621

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	22.436	21.043
Insuamos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(22.426)	(21.056)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16)	-
Valor adicionado bruto	6	(13)
Valor adicionado líquido produzido	(6)	(13)
Receitas financeiras	6	13
Valor adicionado recebido em transferência	6	13
Valor adicionado total a distribuir	-	-
Impostos Taxes e Contribuições	-	-
Impostos e contribuições	-	-
Remuneração do capital próprio	-	-
Resultado do exercício	-	-
Valor total adicionado	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)
1. Contexto operacional - A Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 21 de janeiro de 2021 para aquisição CDB número 0001.734745/HCS da HOLDING CODESA S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.4024.766/0001-44. O Fluxo de Caixa honorários dos pagamentos das despesas, juros e principal das debêntures. Os recursos líquidos captados pelo Emitente por meio da Cédula serão utilizados para: (i) pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Companhia Docas do Espírito Santo S.A. - CODESA ("CODESA"), no âmbito do Leilão nº 01/2022 - PPI/PND, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Aquisição - Leilão CODESA"); (ii) um ou mais aportes de capital pelo Emitente na CODESA ou qualquer outra forma de transferência de recursos pelo Emitente para a CODESA (inclusive por meio de mútuo) para fins de (a) pagamento em recursos financeiros de bonificação da outorga para administração dos portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES ("Pagamento de Bonificação de Outorga"); e/ou (b) aquisição de precatórios pela CODESA para fins de utilização no Pagamento da Bonificação de Outorga; (iii) pagamento de outros custos, honorários, comissões e despesas relacionadas à Aquisição - Leilão CODESA; (iv) reembolso de despesas relacionadas à Aquisição - Leilão CODESA; e (v) uso no curso normal dos negócios do Emitente e/ou da CODESA. Foram emitidas 100.000 (cem mil) de debêntures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil Real), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Em 05 de setembro de 2022 a Companhia por meio da ATA da Assembleia Geral Extraordinária realizou a alteração do razão social para "Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.". **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais - 2.1. Autorização.** Em conformidade com o Artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 21 de março de 2025. **2.2. Base de apresentação.** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e pressupostos periodicamente em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Apreciação do resultado.** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constitui créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico-futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou em ativo e líquido a passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade atual e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros nos

parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.862-0 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF 218.718.568-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Vincius Bernardo Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores
Eu, Camilã Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF 349.935.818-23, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuá, 41, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04.533-010, inscrita no CNPJ/MF nº 40.997.635/0001-20 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaro que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) Revi, discuti e concordei com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) Revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, informando que, caso houvesse discordância, as razões seriam devidamente apresentadas.

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo circulante			
Obrigações tributárias		1	1
Debêntures	5.3	149.986	
Outras obrigações		106	-
Total do passivo circulante		150.093	-
Passivo não circulante			
Debêntures	5.3	-	127.619
Total do passivo não circulante		-	127.619
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1	1
Total do patrimônio líquido		150.094	127.621

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1	1
Resultado líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	1
Resultado líquido do exercício	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1	1

derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emite o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operação, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emite o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado, Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualizada, entretanto, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que refletisse as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros. Qualquer impacto identificado será devidamente divulgado nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa
Descrição 31/12/2024 31/12/2023
Caixa e bancos conta movimento 1 1
Aplicações financeiras (i) 84 -
Total 85 1
(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 7% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Recebíveis:** A CDB número 0001.734745/HCS possui prazo de duração determinado de 3 (três) anos, com saldo principal de R\$ 100.000 (cem milhares de Reais). Insere-se no contexto de uma operação estruturada de securitização de créditos financeiros de responsabilidade do Emitente, que serviu de lastro à emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única. **5. Composição da carteira:** Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a seguir representa:
Descrição 31/12/2024 31/12/2023
Saldos anterior 127.604 106.561
(+) Atualização de juros 22.399 21.043
Total 150.003 127.604
Circulante 150.003 -
Não circulante - 127.604

(i) As parcelas do ativo têm seus vencimentos em 2025. **5. Debêntures - 5.1. Condições da escrituração:** De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 100.000 (cem milhares de Reais) com a integralização de 100.000 (cem mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única. Até o final de 31 de dezembro de 2024 foram subscritas na totalidade as 100.000 (cem mil) Debêntures. **5.2. Características das debêntures:** a) **Remuneração** - As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 6,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. B) **Garantia** - Em garantia

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
O relatório registra contábeis e contrários subjacentes: • Reaproximados dos cálculos da Cédula de Crédito Bancário, avaliando a correta aplicação das premissas utilizadas pela Administração; • Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração da Cédula de Crédito Bancário, assim como as divulgações apresentadas nas notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangue o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o risco de não detecção de distorção relevante decorrente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias. Mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2025.
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-031.269/0-1
Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC ISP.212.827/0-0

Thais de Castro Monteiro - Diretora de Compliance
Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Resultado Operacionais	9	22.436	21.043
Custo dos serviços prestados	10	(22.426)	(21.056)
Prejuízo bruto		10	(13)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(16)	-
Resultado operacional		(6)	(13)
Receitas financeiras	12	6	13
Resultado financeiro		6	13
(=) Resultado antes das provisões tributárias		10	(13)
Resultado do exercício		0,00000	0,00000
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	0,00000

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre a carteira de créditos	(22.399)	(21.043)
Juros sobre as debêntures	22.399	21.043
Prêmio das debêntures	(32)	13
Aumento/(redução) no ativo:		
Adiantamento a fornecedores	13	(3)
Impostos a recuperar	(3)	(3)
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações tributárias	-	(1)
Outras obrigações	106	(206)
Fluxo de caixa prov. das (aplic. nas) atv. operacionais	84	(200)
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	84	(200)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	201
No final do exercício	85	1
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	84	(200)

do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a Cessão Fiduciária de Cash Collateral da Conta Vinculada, Cessão Fiduciária de Bens e Direitos, Alienação Fiduciária de Caixa da Codesa Porto (após aquisição do porto) e Fundo de Despesas. **3. Risco de crédito** - Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar a insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora. **4. Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa** - Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização. **5.3. Composição das obrigações com debêntures:** Em 31 de dezembro de 2024 o saldo das debêntures está assim apresentado:
Descrição 31/12/2024 31/12/2023
Saldo Anterior 127.604 106.561
1ª Emissão de certificados - série única Juros emissão - série única 22.399 21.043
Subtotal 150.003 127.604
Saldo anterior 15 2
Prêmios a pagar (32) 13
Subtotal (17) 15
Total das emissões (i) 149.986 127.619
Circulante 149.986 -
Não circulante - 127.619
(i) As parcelas têm seus vencimentos em 2025. **6. Patrimônio líquido - 6.1. Capital social:** o capital social subscrito da Porto de Vitória Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 1. **6.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **6.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos

Firjan e Unicef vão combater violência contra crianças e adolescentes

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) assinaram na segunda-feira (31) um memorando de entendimento para combater a violência contra crianças e adolescentes no estado. Além de promover ações de prevenção e respostas a situações de violência, a intenção é que as empresas possam abrir mais oportunidades, oferecendo, por exemplo, estágios aos jovens e empregos dignos às mães, pais e responsáveis.

Segundo ambas as entidades, a garantia dos direitos das crianças e adolescentes passa pelo mundo do trabalho, seja porque os familiares e cuidadores estão trabalhando nesses locais, seja porque os próprios jovens passam pelas empresas. A garantia de direitos passa também por formação e educação.

Os empregadores devem saber como lidar quando identificam que os funcionários passam por situações de violência, seja acionando os órgãos competentes, seja oferecendo apoio em situações específicas quando, por exemplo, funcionários não tiveram com quem deixar os filhos porque tiroteios fecharam a es-

cola. Além disso, o setor privado pode atuar para prevenir essas violências e garantir direitos, oferecendo formações e oportunidades.

“A gente quer trabalhar com a Firjan para capacitar todas as empresas filiadas à Federação em como tratar os casos de violência”, diz a representante Adjunta do Unicef no Brasil, Layla Saad.

“A Firjan tem uma capilaridade dentro do estado muito grande e tem um alcance que a gente, como Unicef, nunca conseguiria realmente chegar em um público tão grande”, complementa.

Compromisso

O memorando de entendimento foi assinado no evento para cada criança e adolescente, uma vida protegida por inteiro: Diálogos com Unicef, Firjan e empresas do Rio de Janeiro, que reuniu, na sede da Firjan, no Centro do Rio de Janeiro, lideranças dos setores privado e filantrópico para discutir ações e investimentos em projetos de responsabilidade social.

Entre os objetivos comuns firmados entre as entidades estão:

Mobilizar empresas, organizações, escolas e territórios de atuação para disseminação e ar-

ticulação de ações de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro;

Promover ações de treinamento sobre prevenção, reconhecimento de sintomas de violência e o encaminhamento de casos de crianças e adolescentes vítimas;

Colaborar nas ações de empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente de meninos e meninas negras.

De acordo com Saad, com a aproximação das entidades, a expectativa é que mais empresas passem a fazer parte da iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO). Liderada pelo Unicef, 1MiO é uma aliança multisetorial de empresas, sociedade civil e governos promover oportunidades de formação profissional e trabalho decente para adolescentes e jovens entre 14 e 29 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

O presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano, destacou ações que já são desenvolvidas pelo setor como o SESI [Serviço Social da Indústria] Cidadania, principal programa de investimento social da Firjan. O programa de-

envolve ações e projetos em territórios com vulnerabilidade social nas áreas de educação, esporte, lazer, cultura e empreendedorismo. Está presente em 33 locais no Rio de Janeiro, Duque de Caxias e São Gonçalo.

“Esse compromisso que nós assumimos com a indústria fluminense, com o apoio do Unicef, fortalece todo um trabalho que nós realizamos ao longo das últimas décadas. O compromisso é mobilizar as empresas e os organismos do estado no apoio ao combate à violência, à pobreza, à falta de inclusão dos jovens que vivem nas periferias, que estão fora do mercado de trabalho, estão fora de uma perspectiva”, diz.

A importância da escuta

Quem passou por situações de vulnerabilidade e de privação de direitos também compartilhou as experiências no evento.

A assistente de projetos especiais da Firjan SESI Talita Rodrigues da Silva, foi uma das participantes do Programa Viravida da Firjan SESI, voltado para formar jovens para o mundo do trabalho. Atualmente, ela cursa pedagogia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mora na Rocinha, na zona sul do

Rio. É a caçula de seis filhos e pais analfabetos, sendo a mãe diarista e o pai já falecido. É a primeira da família a entrar em uma universidade e a segunda a terminar o ensino médio.

Silva participou de uma das mesas do evento. Ela contou que o que fez diferença na própria vida foi ser ouvida. “Tive muita rede de apoio e foi importante ser ouvida e validada. Isso fez com que eu começasse a tomar espaços que jamais teria pensando que poderia ter antes”, diz. Para ela, é importante que as empresas ouçam os funcionários.

A plateia de empresários ela fez um pedido: “Quando vocês pensarem em contratar um jovem, que vocês contratem o jovem”, diz. “A gente precisa ser ouvido e é preciso entender que a gente pode discordar de vocês, pode falar que é interessante ir por outros caminhos”.

A empreendedora social e fundadora do Instituto Educar+ no Complexo do Chapadão, Carol Santos, participou da mesma mesa. O Complexo do Chapadão na zona norte da cidade é considerado um dos territórios com altos índices de violência. Ela diz que isso impacta diariamente a vida da população local.

Desde cedo, ela sonhava em mudar essa realidade. “Ali no meus 15 anos, eu via que a minha comunidade já vivia situações de vulnerabilidade, como falta de encaminhamento básico, falta de oportunidade, e também lidando com a violência do tráfico de drogas”, diz e conta que fez uma apresentação que compartilhou nas redes sociais “Não custa sonhar. Um dia eu vou começar um projeto no meu território”.

E foi o que ela fez. Hoje, o Instituto Educar+ que promove educação, cultura e tecnologia já atendeu a mais de 1 mil crianças e adolescentes no Complexo do Chapadão. Ela também teve a oportunidade de participar da iniciativa 1MiO.

“Viver com a violência e com a violação dos direitos todos os dias no Chapadão é muito difícil. Não é algo que um dado vai trazer para você a dimensão do que é perder um familiar por uma violência. Eu sei que a gente tem empatia, a gente pode se colocar num lugar do outro. Espero muito que vocês possam fazer isso, mas não tem como eu não me emocionar e falar sobre como a oportunidade de trabalho pode salvar a vida de um jovem”, afirmou. (Agência Brasil)

Número de hospitais públicos com UTIs de excelência cresce 45%

O número de hospitais públicos brasileiros com unidades de terapia intensiva (UTIs) reconhecidas como de excelência pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) subiu 45% em relação a 2024, chegando a um total de 58. Apesar disso, eles ainda são minoria entre os 304 hospitais certificados, dos quais 246 são da rede privada.

A Amib divulgou na segunda-feira (31) o resultado da certificação em 2025, que considerou o desempenho de 800 hospitais monitorados pelo Projeto UTIs Brasileiras durante o ano de 2024.

Entre os hospitais analisados pela pesquisa, havia 352 públicos e 448 privados que, juntos, ofertam mais de 20 mil leitos de UTI no Brasil.

“Embora representem uma proporção menor, os hospitais públicos premiados apresentaram avanços nos últimos anos”, destacou a Amib.

Em relação à edição anterior da premiação, o total de hospitais certificados, segundo a associação, cresceu 25%. Enquanto no setor público, o aumento foi de 45%, entre os hospitais privados, o número de certifica-

ções subiu 21%.

“O crescimento do número de unidades públicas certificadas reflete o esforço de gestores e equipes do SUS [Sistema Único de Saúde] em qualificar a assistência crítica por meio de práticas baseadas em evidências e indicadores, mesmo diante de limitações orçamentárias e estruturais”, destacou a Amib.

A avaliação reconhece os hospitais analisados com as certificações Top Performer e Eficiente. Para receber o primeiro selo, a unidade precisa estar entre as 33% melhores UTIs do país. Já o

selo de UTI Eficiente é concedido às unidades que estão acima da média, mas não entre as melhores — entre o 33º e o 50º percentil.

Os dados mostram que, em 2024, 21 hospitais públicos foram certificados como Top Performer, enquanto, em 2025, o número subiu para 25 — um aumento de 19%.

No caso do selo Eficiente, o aumento foi mais expressivo, passando de 19 para 33 hospitais certificados — um salto de 74%.

No setor privado, os números passaram de 136 para 164

(Top Performer) e de 68 para 82 (Eficiente).

Criada em 2016, a certificação visa a reconhecer anualmente a qualidade e a excelência do atendimento prestado por esse tipo de unidade de saúde, refletindo o compromisso com a melhoria contínua e a promoção de um cuidado seguro, sustentável e eficiente para pacientes em estado crítico.

A premiação leva em conta uma série de indicadores que medem o desempenho real das UTIs, ajustado ao perfil dos pacientes atendidos. São utilizados

dois parâmetros principais:

Taxa de Mortalidade Padronizada - compara o número de mortes esperadas com o número de mortes reais, levando em conta a gravidade dos pacientes;

Taxa de Utilização de Recursos Padronizada - avalia se a UTI faz um uso adequado dos recursos disponíveis.

Esses dois indicadores, segundo a Amib, são calculados a partir de critérios reconhecidos internacionalmente, que estimam o risco de morte logo na admissão do paciente na UTI. (Agência Brasil)

Ameaças “insistem em sobreviver”, diz Lula sobre golpe de 64

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na segunda-feira (31), que ameaças autoritárias, “infelizmente, ainda insistem em sobreviver”. Em publicação nas redes sociais, alusiva ao golpe civil-militar de 1964, Lula reforçou a importância da defesa da democracia, dos direitos humanos e da soberania do povo para escolher seus líderes por meio do voto.

“Não existe, fora da democracia, caminhos para que o Brasil seja um país mais justo e menos desigual. Não existe um verda-

deiro desenvolvimento inclusivo sem que a voz do povo seja ouvida e respeitada. Não existe justiça sem a garantia de que as instituições sejam sólidas, harmônicas e independentes”, escreveu.

O golpe civil-militar de 1964, que completa 61 anos nesta terça (1º), marcou o início de uma ditadura comandada por generais no Brasil que durou 21 anos, período no qual eleições diretas foram suspensas e a liberdade de expressão e oposição política restringidas.

“Nosso povo, com muita luta, superou os períodos sombrios de sua história. Há 40 anos, vivemos em um regime democrático e de liberdades, que se tornou ainda mais forte e vivo com a Constituição Federal de 1988. Esta é uma trajetória que, tenho certeza, continuaremos seguindo. Sem nunca retroceder”, acrescentou o presidente.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ser inconstitucional empregar dinheiro público para comemorar o golpe militar de 1964. A Corte publicou, em seus perfis oficiais nas redes sociais, uma mensagem sobre o golpe, que deve ser lembrado “para que nunca se repita”, diz o texto.

No dia 18 de março, o Senado Federal também realizou sessão solene para lembrar os 40 anos da redemocratização do país, com uma homenagem ao ex-presidente José Sarney, o primeiro presi-

dente do Brasil após o fim da ditadura, que prevaleceu entre 1964 e 1985. Na ocasião, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, destacou que o evento no Plenário firma o compromisso da Casa com a democracia.

Anistia

Em publicação nas redes sociais, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, lembrou que, no período da ditadura, direitos e garantias foram cerceadas e opositores ao regime militar foram presos, perseguidos e mortos. “Foram mais de duas décadas de resistência e sacrifício para a restauração da democracia”, escreveu, defendendo que não haja anistia para quem, hoje, atenta contra a democracia.

Na semana passada, o STF abriu a ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados, denunciados pela

Procuradoria-Geral da República (PGR), por tentativa de golpe de Estado. O plano teria sido colocado em prática entre os anos de 2021 e 2023 e culminado com os ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

Mesmo antes da abertura da ação, aliados do ex-presidente Bolsonaro já articulavam no Congresso um projeto de lei que concede anistia aos golpistas condenados pelo 8 de janeiro, com a extinção das punições. Juristas ouvidos pela Agência Brasil consideram que anistiar crimes contra a democracia é preocupante.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também se posicionou contra a anistia e afirmou que é preciso lembrar os eventos da ditadura “para não repetir”. “O Golpe Militar aconteceu há 61 anos, mas hoje ainda precisamos lutar firmemente em defesa da

democracia, contra o extremismo e pela justiça. Ditadura nunca mais. Democracia sempre. Sem anistia”, escreveu em postagem nas redes.

No mês passado, o STF também decidiu, por unanimidade, que irá rever seu entendimento sobre a Lei da Anistia, sancionada em 1979 pelo general João Baptista Figueiredo, último ditador do regime militar. Os ministros deverão discutir se a anistia ampla e irrestrita, conforme determinada pela lei, se aplica a casos de crimes continuados como o de sequestro e ocultação de cadáver.

A reabertura da discussão sobre a Lei da Anistia foi feita nos recursos que tratam da Guerrilha do Araguaia, maior movimento armado de resistência rural ao regime militar, e sobre o desaparecimento do deputado Rubens Paiva, que foi sequestrado e morto por agentes da ditadura. (Agência Brasil)

Dólar fecha a R\$ 5,70 e cai 3,57% em março

Em um dia misto no mercado financeiro, o dólar despençou e a bolsa de valores também caiu. Em meio à cautela com a entrada em vigor do tarifaço do governo de Donald Trump, a moeda norte-americana caiu mais de 3% no mês. Apesar da queda da segunda-feira (31), a bolsa subiu cerca de 6% e teve o melhor desempenho mensal desde agosto do ano passado.

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,706, com queda de R\$ 0,054 (-0,94%). A cotação chegou a abrir em alta, mas passou a cair após a abertura dos mercados norte-americanos. Na mínima do dia, por volta das 15h30, aproximou-se de R\$ 5,69.

A moeda norte-americana está no valor mais baixo desde o último dia 20, quando tinha fechado em R\$ 5,67. A divisa caiu 3,57% em março e acumula baixa de 7,67% em 2025.

Diferentemente do câmbio, o mercado de ações teve um dia mais turbulento. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 130.259 pontos, com queda de 1,25%. A queda desta segunda foi parcialmente motivada pela

realização de lucros, quando investidores vendem papéis para embolsarem ganhos recentes. O indicador subiu 6,08% em março e acumula alta de 8,29% em 2025.

Fatores internos e externos influenciaram o mercado financeiro na segunda-feira. No Brasil, a formação da taxa Ptax, câmbio médio no último dia útil do mês que corrige a parcela da dívida do governo em dólar, reforçou a queda do dólar, à medida que muitos estrangeiros reduziram as apostas contra o real nas últimas semanas. Isso fez o real descolar-se de outras moedas emergentes, que se depreciaram na segunda-feira.

No cenário internacional, investidores avaliam que o Brasil será menos afetado que outros países com a imposição de tarifas recíprocas pelo governo de Donald Trump. A partir de quarta-feira (2), os Estados Unidos taxarão as importações com a mesma tarifa que os países cobram sobre os produtos deles. No mesmo dia, entrará em vigor a tarifa de 25% sobre a importação de automóveis nos Estados Unidos. (Agência Brasil)

Presidente da COP 30 defende novas formas de financiamento climático

O embaixador André Corrêa do Lago, presidente da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que será realizada em novembro deste ano em Belém, defendeu na segunda-feira (31) que é preciso pensar em novas formas para se financiar a agenda ambiental.

“O Brasil está dando uma ajuda imensa para encontrar caminhos para outras formas de financiar. Existem discussões sobre taxação para transporte marítimo, petróleo, classe executiva de avião. A gente vai olhar para tudo para chegar a US\$ 1,3 trilhão em 2035. Precisamos ampliar a discussão sobre financiamento climático e pensar além dos mecanismos

tradicionais”, disse ele durante o evento Soluções Baseadas na Natureza: Oportunidades de Escala e Perspectivas de Financiamento, promovido pelo Nature Investment Lab (NIL).

O encontro, realizado hoje, na capital paulista, reuniu líderes do setor financeiro, de instituições públicas e multilaterais e organizações do ecossistema de impacto para discutir os avanços do Nature Investment Lab, iniciativa liderada pelo setor privado e que foi lançada em setembro do ano passado para superar desafios legais e financeiros, desenvolver modelos de negócios replicáveis e criar estruturas financeiras inovadoras para projetos

sustentáveis no Brasil.

De acordo com o embaixador, o financiamento da “agenda de ação” é uma das prioridades do governo brasileiro, além do fortalecimento do multilateralismo e da criação de oportunidades de negócio, buscando tornar viáveis os projetos voltados ao combate à mudança climática.

“Não podemos achar que apenas a negociação de mudança climática e o Acordo de Paris vão resolver a questão climática. O Acordo e a Convenção do Clima são ambientes bons para negociar soluções, mas a implementação depende mais de bancos de desenvolvimento, do FMI [Fundo Monetário Internacional], para que o

que está sendo discutido se torne uma realidade no campo. O financiamento depende de outros órgãos”, comentou o embaixador.

“A COP tem uma dimensão muito formal, das negociações, e delas só podem participar os 196 países do Acordo de Paris. Quem vai levar isso adiante são instituições desses países, mas também governos subnacionais, setor privado, academia, que não participam das negociações. O que vocês estão fazendo pode servir como base para outros países, onde é muito mais difícil. O mundo em desenvolvimento tem grande esperança de que venham do Brasil ideias como as que vocês estão desenvolvendo”, acrescentou. (Agência Brasil)